



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA

Estado da Bahia

PODER EXECUTIVO

CNPJ: 13.894.894/0001-52



Lei Municipal nº 697, de 10 de junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município Boa Nova, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA NOVA, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º - São diretrizes do PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA

Estado da Bahia

PODER EXECUTIVO

CNPJ: 13.894.894/0001-52



orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5º - O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6º - O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Boa Nova e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º - O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Educação, CACS-Fundeb, CAE e comunidade escolar, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º - A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o terceiro ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º - O Conselho Municipal de Educação:

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação

§ 4º - A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 7º - Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo único - As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8º - O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA

Estado da Bahia

PODER EXECUTIVO

CNPJ: 13.894.894/0001-52



§ 1º - O Município demarcou em seu PME estratégias que:

- I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;
- II- Consideram as necessidades específicas da população do campo, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;
- III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 9º - A partir da Lei aprovada do PME, o Município deve aprovar a Lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa Lei.

Art. 10 - Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 11 - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA NOVA, em 10 de Junho de 2015.

Aete Sá Meira
AETE SÁ MEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECÊNIO 2015-2024

Boa Nova – BA

2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECÊNIO 2015-2024

Boa Nova – BA

2015

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aete Sá Meira

Prefeito Municipal

Ary Celes Marinho

Vice-Prefeito

Gisele Maria Oliveira

Secretária Municipal de Educação

GRUPO COLABORATIVO

Gislene Ferreira Moraes

Ilka Mirian Ferreira Pereira Santana

Ivina Pereira Bitencourt

Jurimar dos Santos Meira

Marinólia Quirino dos Santos

Marisa Moreira dos Santos

Nerivaldo Sande Ferreira Pereira

Ronildo Alves Porto

Sheyla Marie Bezerra de Alencar

Vania Alves de Souza Messeder

Vitalina Campos Moreira

MEMBROS DAS COMISSÕES REPRESENTATIVAS

Airam Farias Souza Ferreira
Alcione Silva Souza
Antonio José da Silva Gonçalves
Aristides Xavier Costa Júnior
Catiane Sampaio Santos
Charlane dos Anjos de Jesus
Cleneide Rodrigues dos Santos
Elizaria Ferreira Costa
Érico Souza Filho
Fernanda Stela Sá Andrade
Hilda Pereira Hufnagel Cavalcante
Isailson Sande Ferreira
Jeonias Rodrigues da Silva
Kácia Costa Silva Caldas
Luciana Maria de Jesus
Luciene de Jesus Oliveira
Maria Claudia Silva Costa
Maria Cristina Sampaio Moura
Maria do Carmo Silva Souza D'antonio
Maricélia Lima Costa
Nerivam Sande Ferreira
Patrícia Meira Vieira Botelho
Patrícia Sande da Silva
Rosânia Rodrigues de Souza
Rosemary Silva Britto
Silvia Letícia Ramos Santos Lopes
Sirleide Borges Leite
Soraia Sande da Silva
Valdirene Ramos Santos
Valquiria Pereira da Silva
Valter Luiz Marques da Silva Filho
Vânia Muniz Figueredo
Veralúcia Moraes Cruz

A educação não muda o mundo, a educação muda as pessoas. As
pessoas que mudam o mundo.
Paulo Freire

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do município de Boa Nova	18
Figura 2: Vista Geral da sede, Boa Nova, 2014	18
Figura 3: Vista parcial da cidade, Boa Nova, 2014.....	19
Figura 4: Avenida Nossa Senhora da Boa Nova, Boa Nova, 2014	19
Figura 5: Festival de reisados, Boa Nova, 2014.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População total – Boa Nova	20
Tabela 02: Crescimento populacional – Boa Nova 1940-2000	21
Tabela 03: População Urbana e Rural – Boa Nova 1970 – 2010.....	22
Tabela 04: Estabelecimentos de saúde por tipo e localização	22
Tabela 05: Desenvolvimento Humano 1991 – 2000 – 2010.....	23
Tabela 06: Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Est. em Boa Nova	31
Tabela 07: Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Mun. em Boa Nova.....	31
Tabela 08: Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Boa Nova, por dependência administrativa e níveis de ensino	32
Tabela 09: Funções docentes por Localização e Formação – Rede Mun. 2012.....	39
Tabela 10: Número de professores e coordenadores da Rede Municipal e Estadual por nível de formação em 2011.....	40
Tabela 11: Profissionais em educação por nível de escolaridade na Rede municipal em 2013	41
Tabela 12: Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2012	41
Tabela 13: Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Boa Nova, por dependência administrativa e localização 2009 a 2013	43
Tabela 14: Taxa de escolarização da Educação Infantil do município 2010	44
Tabela 15: Taxa de escolarização da Educação Infantil do município de Boa Nova, por localização – 2010	44
Tabela 16: Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Boa Nova, por dependência administrativa e localização (2010/2013)	46
Tabela 17: Nível Educacional da população de 07 a 14 anos, 1991 a 2000.....	47
Tabela 18: Matrícula do Ensino Fundamental do município de Boa Nova, por idade e série/ano. Rede Municipal, 2013.....	48
Tabela 19: Frequência por ano do nascimento, segundo município residente.	48
Tabela 20: Taxas de rendimento – Rede Municipal	48

Tabela 21: Taxas de rendimento – Rede Estadual	50
Tabela 22: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb no Ensino Fundamental 2005/2013.....	53
Tabela 23: Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município Boa Nova, por dependência administrativa e localização 2010/2012	55
Tabela 24: Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Estadual	56
Tabela 25: Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2012.	57
Tabela 26: Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Boa Nova, por dependência administrativa e localização 2011 a 2013.....	62
Tabela 27: Nível Educacional da População jovem, 2000 e 2010.....	62
Tabela 28: Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 2000 e 2010	63
Tabela 29: Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Estadual e Municipal	67
Tabela 30: Matrículas da Educação Especial no Mun. de Boa Nova em 2013.	74
Tabela 31: Outras receitas com o setor educacional do município de Boa Nova administradas pela Prefeitura. 2010/2013.....	82
Tabela 32: Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Boa Nova, por nível ou modalidade de ensino 2011/2013.....	83
Tabela 33: Despesas com educação do município de Boa Nova por categoria e elemento de despesa. 2008/2011.	83
Tabela 34: Receita e aplicação dos recursos recebidos do Fundeb no Município de Boa Nova em 2010/2013.....	84
Tabela 35: Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$)	85
Tabela 36: Recursos da educação no PPA 2010/2013.....	85
Tabela 36.1: Recursos da educação no PPA 2010/2013 (continuação)	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Realidade das escolas do campo no município de Boa Nova.....	70
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Atividade Complementar
AEE	Atendimento Educacional Especializado
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BHRC	Bacia Hidrográfica do Rio de Contas
BHRG	Bacia Hidrográfica do Rio Gongogi
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CME	Conselho Municipal de Educação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMITec	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IAM	Instituto Adroaldo Moraes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Educação Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Ministério da Educação e Cultura
PAR	Organização Não Governamental

Parfor	Plano Nacional de Professores da Educação Básica
PBF	Programa Bolsa Família
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PME	Plano Municipal de Educação
Pnaic	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnate	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educacional
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico
Proam	Programa de Apoio à Educação Municipal
Progestão	Programa de Formação para Gestores Escolares
Projovem	Programa de Inclusão de Jovens
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSE	Proteção Social Especial
RCN	Referencial Curricular Nacional
SAVE Brasil	Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil
SEC	Secretaria Estadual de Educação
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SISU	Sistema de Seleção Unificada
Uesb	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
Uneb	Universidade Estadual da Bahia

1 SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO	15
2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO	15
2.1.1 Caracterização do Município	15
2.1.1.1 <i>Aspectos Históricos</i>	16
2.1.1.2 <i>Aspectos Geográficos</i>	17
2.1.1.3 <i>Aspectos Demográficos</i>	19
2.1.1.4 <i>Aspectos Socioeconômicos</i>	23
2.1.1.5 <i>Aspectos Culturais</i>	24
2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO	26
2.2.1 Gestão da Educação	27
2.2.1.1 <i>Aspectos Pedagógicos</i>	27
2.2.1.2 <i>Estrutura da Educação Municipal</i>	27
2.2.1.3 <i>Organização e Funcionamento da Educação Municipal</i>	30
2.2.1.4 <i>Apoio ao Educando</i>	33
2.2.1.5 <i>Acompanhamento Pedagógico</i>	34
2.2.1.6 <i>Gestão das Unidades Escolares</i>	35
2.2.1.7 <i>Instalações físicas e materiais nas Unidades Escolares</i>	36
2.3 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	38
2.4 NÍVEIS DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR	42
2.4.1 <i>Educação Infantil</i>	42
2.4.2 <i>Ensino Fundamental</i>	45
2.4.3 <i>Ensino Médio</i>	54
2.5 EDUCAÇÃO SUPERIOR	58
2.5.1 <i>Ensino Superior</i>	59
2.6 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60
2.6.1 Educação Profissional	61
2.6.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)	62
2.6.3 Educação do Campo	66
2.6.4 Educação Especial	71
2.7 TRANSVERSALIDADE	77
2.7.1 Educação Étnico-racial	77

2.7.2 Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual	78
2.7.3 Educação Ambiental	79
2.8 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUN. DE BOA NOVA .	82
3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	87
3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS	87
3.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....	113
REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem características que o tornam diferente dos planos anteriores. Uma das diferenças é que esse PNE é decenal por força constitucional, o que significa que ultrapassa governos. Dessa forma, tem vinculação de recursos para seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs) e, também por força da lei, cumpre a função de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração. A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o novo PNE estipulam que as metas nacionais, especialmente aquelas que dizem respeito às etapas obrigatórias da educação nacional, são de responsabilidade conjuntas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Vale ressaltar a importância do Plano Nacional de Educação (PNE), uma conquista da sociedade brasileira que norteará a educação para os próximos dez anos, no sentido de alavancar os índices educacionais, atrelados ao melhoramento real do desempenho dos educandos, contribuindo, dessa forma, na transformação da nossa sociedade.

O Plano Municipal de Educação de Boa Nova – PME constitui-se em uma construção coletiva, envolvendo os segmentos educacionais do Município de Boa Nova, participando e propondo novas formas de pensar a educação a partir do contexto nacional, da legislação educacional e das inúmeras necessidades e desafios que constantemente são apresentados pela sociedade contemporânea.

É neste contexto que a Secretaria Municipal de Educação de Boa Nova, atendendo às orientações do MEC (Ministério da Educação) e à Legislação vigente, em parceria com seus colaboradores e o apoio do Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam) promove a construção do Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2015-2024.

Vale ressaltar que ao implementar o PME na cidade de Boa Nova, ao mesmo tempo a educação municipal será fortalecida e as ações a serem desenvolvidas passarão a ser sistematizadas, garantindo desta maneira uma formação mais integral e em uma dimensão humana.

Podemos dizer que a formulação do Plano Nacional de Educação se põe como uma exigência para que o Sistema Nacional de Educação mantenha permanentemente suas características próprias. Com efeito, é preciso atuar de modo sistematizado no sistema educacional; caso contrário, ele tenderá a distanciar-se dos objetivos humanos, caracterizando-se especificamente como estrutura (resultado coletivo intencional de práxis intencionais individuais). (SAVIANI, 2010, p.388)

Se no contexto nacional o planejamento da educação fortalece o sistema de educação, na esfera estadual e municipal não poderia ser diferente. E seguindo esta lógica que o PME de Boa Nova propõe a superação dos desafios existentes, e, tem por objetivo maior, efetivar o direito à educação de qualidade para todos os boanovenses.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

O papel do levantamento de informações sobre a história e a geografia de uma determinada localidade é levar ao leitor local o entendimento de sua existência nesta localidade, quando os aspectos apresentados irão esclarecer seus costumes e hábitos cotidianos. Para o leitor geral levar o conhecimento de um lugar específico e suas características peculiares desenvolvidas através dos seus aspectos histórico-geográficos. Dessa forma, o município de Boa Nova-BA se insere neste contexto, constituindo-se entre as áreas que formaram a Região Sudoeste da Bahia através do desbravamento dos Bandeirantes no século XVIII.

2.1.1 Caracterização do Município

A apropriação dos aspectos sociais, econômicos e culturais de um município se faz com base na sua história, através de personagens históricos que iniciam o desbravamento de um lugar e escrevendo muitas vezes de forma lendária a história de um povo e do local onde o mesmo irá povoar. O conhecimento sobre o processo de conquista, ocupação e povoamento do Município de Boa Nova, requer a recuperação histórica das relações de sobreposição ocorrida neste espaço, em especial na Região Sudoeste.

De fato, para concretizar os objetivos da coroa portuguesa nesta área, ações exterminadoras de índios nativos foram adotadas, bem como a escravização destes e de negros vindouros, atividades econômicas foram implantadas, o latifúndio foi estabelecido, etc. Enfim, transformações intensas ocorreram na paisagem original e ainda constitui em amplo campo para novas e estritas investigações.

2.1.1.1 Aspectos históricos

Entre os anos de 1744 e 1790, os bandeirantes André da Rocha Pinto, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa iniciaram o desbravamento da região em busca das lendárias minas auríferas existentes na serra do Timorante. Não se sabe se o ouro foi encontrado na serra, contudo, é possível afirmar que a fertilidade das terras concorreu para a fixação dos descendentes de João Gonçalves da Costa no local denominado “Boca do Mato”, que, posteriormente, formaram/fundaram um pequeno povoado.

O município de Boa Nova recebeu esta denominação por conta de um fato marcante ocorrido por volta do ano de 1860. Segundo a tradição oral e registros do Livro de Tombo da Igreja Católica, um frade que voltava de uma missão na Vila de Vitória (atual Vitória da Conquista), se perdera nas imediações do local denominado “Boca do Mato” (chamado pelos nativos de “Boca da Mata”), e, após alguns dias, fora encontrado por habitantes da região.

Como agradecimento, o frade ofereceu aos moradores da região uma estampa com a imagem de Nossa Senhora, pedindo que se construísse no local uma capela. A mesma foi edificada por volta de 1865 e a imagem da estampa ficou conhecida como Nossa Senhora da Boa Nova (o nome “Boa Nova” fora colocado pela boa notícia - o resgate do frade). Vale ressaltar que a partir daí nasceu também à devoção a Nossa Senhora da Boa Nova – padroeira da cidade.

Com relação à formação administrativa, o povoado fundado pelos descendentes dos bandeirantes citados foi elevado à categoria de Vila pela Lei Estadual nº 522, de 17 de setembro de 1903.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede - denominado Boa Nova. Pela Lei Estadual nº 1.238 de 20 de maio de 1918 a vila de Boa Nova é extinta, sendo seu território anexado ao município de

Vitória (atual Vitória da Conquista), fato que pode ser comprovado em dados do recenseamento geral de 01 de setembro de 1920 (Boa Nova figura como distrito do município de Vitória). Após todo esse processo, foi elevada novamente à categoria de vila com a denominação de Boa Nova, pela Lei Estadual nº 1.468 de 14 de maio de 1921.

Boa Nova só foi elevada à condição de cidade com a atual denominação através da Lei Estadual nº 1.506, datada de 06 de agosto de 1921. O município de Boa Nova não possui nenhum distrito. Os dois maiores povoados são o Valentim, localizado na região da mata e o Penachinho, localizado na região da caatinga. Possui também, vários outros povoados, dentre eles, a Goiabeira, o Lagoão, a Melancieira, o Tanquinho, o Entroncamento, o São João e a Boa Vista.

2.1.1.2 Aspectos Geográficos

O município de Boa Nova está localizado no Sudoeste do Estado da Bahia, na mesorregião denominada Centro-Sul Baiano e microrregião de Vitória da Conquista. Latitude 14° 21' S e Longitude 40° 13' W. O clima é frio e seco; sua altitude é de cerca de 830m acima do nível do mar; a vegetação marcante é a mata atlântica e a caatinga (acrescenta-se a mata-de-cipó); A distância da capital do estado – Salvador é de 440 km e possui uma área total de 869 Km. O município é pertencente da Bacia Hidrográfica do Rio Gongogi. O rio Gongogi nasce na serra de mesmo nome, sendo o afluente que contribui com o maior volume de água para a BHRC. Seu deságue no rio de Contas ocorre no município de Ubaitaba, cerca de 18 km após a barragem do Funil, no local conhecido como Pontal do Gongogi. De modo geral, as altitudes da BHRG, aumentam em sentido leste-oeste, possuindo altitudes de cerca de 100 metros nas proximidades do exutório e 900 metros nas áreas mais altas, entre os municípios de Poções e Planalto. Municípios limítrofes: Poções, Bom Jesus da Serra, Mirante, Manoel Vitorino, Jequié, Itagi, Dário Meira e Iguaí (Wikipédia, 2013).

Figura 3: Vista parcial da cidade, Boa Nova, 2014



Fonte: Acervo particular de Ronildo Porto.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ronildo.alvesporto>. Acesso em: 10 de out. 2014

Figura 4: Avenida Nossa Senhora da Boa Nova, Boa Nova, 2014



Fonte: Acervo particular de Ronildo Porto.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ronildo.alvesporto>. Acesso em: 10 de out. 2014

2.1.1.3 Aspectos Demográficos

Compreender o processo de produção do espaço urbano significa, acima de tudo, entender as relações que são tecidas na/pela sociedade, porque se entende que essas influenciam na configuração territorial da cidade. Desse pressuposto é que percebemos a necessidade de apresentar as transformações ocorridas na urbanização de Boa Nova, a partir de um conjunto de dados.

Como já observado no capítulo anterior, quando se tratam de pequenas cidades, o nível de entrelace entre o urbano e o rural é mais intenso. Isso ocorre por diversos motivos. Dentre eles, entendemos como principal o fato de que, em vários pequenos municípios, ainda hoje, prevalece uma maior concentração populacional no campo, e Boa Nova é um caso que exemplifica essa questão. Nessa cidade, as

atividades desenvolvidas na área urbana servem como suprimento, sobretudo, dos moradores que residem na zona rural. Esse fato acarreta numa quase integração entre as relações que se tecem no espaço urbano e as que são tecidas no espaço rural do pequeno município.

Na realidade, a análise das cidades ainda apresenta sérias limitações, haja vista que as informações levantadas pelos órgãos censitários costumam fazer referência aos dados do município, dando-lhe denominações de cidade. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), órgão oficial que planeja e executa a coleta de dados para o censo, é um caso específico desse problema. Equivocadamente, ele denomina como da cidade a planilha de informações que traz os dados sobre os municípios brasileiros, sem necessariamente trazer nada mais específico sobre as cidades, ou seja, suas sedes¹.

Todavia, mesmo com certas limitações, entendemos que a análise dos dados demográficos sobre o município de Boa Nova é relevante, porque proporciona o entendimento sobre as conseqüências dos processos ocorridos ao longo do tempo que, certamente, influenciaram na configuração atual da cidade. Segundo os levantamentos feitos, o município apresentou ao longo de sua formação inúmeros movimentos políticos que acarretaram em diversos desmembramentos. Por sua vez, esses fatos deram origem, a partir do seu território, a quatro outros municípios e, conseqüentemente, quatro novas cidades.

Analisando os dados demográficos, verificamos uma considerável diminuição no número total da população de Boa Nova entre as décadas de 1940 e 2010, o que explica os períodos que ocorreram grandes perdas populacionais, face aos respectivos desmembramentos (Tabela 01).

**Tabela 01: População total – Boa Nova-BA
1940 – 2010**

<i>Ano</i>	<i>População</i>
<i>1940</i>	<i>49.646</i>
<i>1950</i>	<i>54.102</i>
<i>1960</i>	<i>42.136</i>

¹ Acesse www.ibge.gov.br.

1970	22.837
1980	24.890
1991	13.505
2000	20.544
2010	15.411

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de out. 2014

Os principais períodos que ocorreram variação populacional foram; 1958, com a emancipação de Itagibá; 1962, com as emancipações de Dário Meira e Manoel Vitorino; e, por último, 1989, com a emancipação de Mirante. Durante o período estudado nota-se que ocorreu uma série de emancipações políticas no Estado da Bahia. Apenas dos municípios de Boa Nova e Poções, que faziam parte de um único território, no início do século XX, surgiram outros dez, provocando o nascimento de mais dez respectivas cidades².

**Tabela 02: Crescimento populacional -
Boa Nova 1940 – 2000**

Ano	População
1940-1950	8,89
1950-1960	-22,12
1960-1970	-45,80
1970-1980	8,99
1980-1991	-45,74
1991-2000	52,12
2000-2010	-24,98

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de out. 2014

Portanto, com base nos dados apresentados, pode-se verificar que os constantes processos de emancipação política e administrativa verificados em Boa Nova incidiram como relevantes fatores que influenciaram na variação do quadro populacional do município. Os dados sobre o crescimento negativo, não por acaso, são contemporâneos às emancipações e desvelam tais alterações.

² SEI, 2001.

No que tange à análise sobre a relação entre os espaços urbano e rural de Boa Nova, apesar de ter havido um significativo crescimento da população urbana nas últimas décadas, a profunda diferença entre a população rural e a urbana ainda deixa em evidência a supremacia do papel que o campo desempenha para o município. Porém, o relativo aumento na taxa de urbanização observada nos dados demográficos demonstra que o processo de urbanização vem se intensificando em Boa Nova, acarretando em transformações importantes na cidade. (Tabela 03).

Tabela 03: População Urbana e Rural – Boa Nova 1970 - 2010

Ano	Urbana	Rural	Total	Taxa de Urbanização
1970	2.076	20.761	22.837	9,09
1980	2.345	22.545	24.890	9,42
1991	2.988	10.517	13.505	22,13
2000	4.589	15.955	20.544	22,34
2010	5.804	9.607	15.411	37,66

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de out. 2014

Os dados permitem retomar ainda a discussão a respeito da influência dos desmembramentos, no que se refere à taxa de urbanização, visto que o aumento considerável desta entre os censos de 1980 e 1991 certamente está atrelado aos últimos desmembramentos ocorridos em Boa Nova. Assim, para efeito de reflexão, as áreas que deram surgimento a um novo município estavam além do espaço urbano de Boa Nova, na zona rural. Por isso, percebe-se um maior crescimento relativo em relação à população que vive no campo, nesse período, também em função da perda de área.

Além desses fatos que identificam um momento específico no processo de urbanização de Boa Nova, percebe-se que, progressivamente, a cidade vem se apresentando para ser o espaço onde se concentra a maior parcela da população do município, indícios maiores de uma sociedade que, pouco a pouco, vem se tornando mais urbana. Essa mudança tem trazido grandes transformações no espaço urbano que exigem novas estratégias políticas para gerir o território.

Tabela 04. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros
Urbana		02	02				02
Rural		03					

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2013).

A Atenção Básica no Município de Boa Nova possui 05 Unidades de Saúde da Família, 01 Centro de Saúde, 01 Unidade Básica de Saúde e um Centro Diagnóstico, conforme descritos na tabela 04. Os princípios fundamentais da Atenção Básica no Brasil são: integralidade, qualidade, equidade e participação social. Mediante a adstrição de clientela, as equipes Saúde da Família estabelecem vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a co-responsabilidade destes profissionais com os usuários e a comunidade. Seu desafio é o de ampliar suas fronteiras de atuação visando uma maior resolubilidade da atenção, onde a Saúde da Família é compreendida como a estratégia principal para mudança do modelo de saúde, que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde.

2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

Socioeconômico se refere a qualquer prática que relaciona um aspecto que afeta tanto a ordem econômica como social. Os Aspectos Socioeconômicos são compostos pelo conjunto das informações a respeito de uma determinada população e sua economia. Nesse sentido o município de Boa Nova se concebe de singularidades e aspectos que fazem parte da sua formação e composição.

Tabela 05: Desenvolvimento Humano 1991 – 2000 – 2010

Os dados Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,232	0,319	0,567
Educação	0,054	0,121	0,453
Longevidade	0,599	0,648	0,753
Renda	0,385	0,414	0,535

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira.

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. A dimensão educacional possui importância fundamental na avaliação do desenvolvimento econômico de uma unidade geográfica como é o caso dos municípios. Tal importância se justifica principalmente pela “ponte” que esse indicador faz entre o desenvolvimento atual e a perspectiva de desenvolvimento no futuro.

Observando o IDH do município de Boa Nova, percebe-se que houve um aumento progressivo deste indicador entre os intervalos de décadas, levado, automaticamente, pelo aumento dos indicadores de educação, longevidade e renda que define o valor final do IDHM. O índice educacional é o que mais avançou entre as décadas de medição, chegando a aumentar em mais de oito vezes entre os anos de 1991 e 2010. No entanto, o caminho para o índice desejável nesse setor é longo e carece de atenção especial, partindo de planejamentos a médio e longo prazo, no sentido de alavancar, de fato, a educação no município de Boa Nova. Nessa perspectiva o Plano Municipal de Educação, atrelado ao Plano Nacional de Educação, torna-se o elemento propulsor dessa missão.

2.1.1.5 Aspectos Culturais

O Município de Boa Nova foi elevado à condição de cidade com a atual denominação através da Lei Estadual nº 1.506, datada de 06 de agosto de 1921. O Município de Boa Nova em seus 92 anos de emancipação política, sempre vem mantendo viva a memória e os encantos desse lugar de tamanha beleza. Com uma riqueza natural inigualável, a cidade tem atraído muitos pesquisadores, ativistas ambientais, turistas e biólogos que buscam em sua natureza razões para visitar com frequência não só seu espaço rural, como apreciar a cultura local, mantida viva através do próprio modo de vida dos boanovenses.

A cultura de Boa Nova é diversificada e abrangente, nas localidades rurais, assim como no espaço urbano. O turista que visita Boa Nova, além de conhecer uma região de rara beleza, é presenteada pela cultura das Pastorinhas, dos Ternos de Reis, dos Presépios, São João tradicional, e uma visualização de toda a cidade no Alto do Cruzeiro, marco turístico da cidade. Poderá também participar dos festejos da Festa em homenagem a Padroeira da Cidade no mês de setembro. As festas populares e religiosas exprimem a cultura e tradição dos povos de Boa Nova, em especial, tanto pelas cerimônias festivas quanto pelos rituais religiosos. Essas celebrações reafirmam laços sociais, e raízes que aproximam os homens, movimentam e resgatam lembranças e emoções. Têm características semelhantes mesmo com enfoques diferenciados, como as manifestações do canto, da dança, da música e, principalmente, o espírito de troca e fortificação. A festa popular e religiosa de Nossa Senhora de Boa Nova traduzem a cultura popular, a linguagem do povo, tudo que vem dele e de suas tradições.

A Festa de Setembro, como é conhecida, é um dos pontos alto do calendário festivo de Boa Nova, um período que a cidade reúne grande parte de seus filhos e de visitantes para celebrarem dias sagrados e profanos, numa mistura perfeita de fé e alegria.

Abrangendo outras religiões cristãs, presente em crescente número no município é realizado o Dia do Evangélico, um encontro anual que reúne pessoas de várias religiões. Um grande manifesto da cultura popular local é o Festival de Reisados do Município, atividade cultural esta, já esperada com grande expectativa pelos participantes dos ternos de reis, comunidades e o público em geral. Com o propósito de acompanhar o trajeto dos reiseiros nas suas localidades, encantar-se

com a devoção e samba da Festa de santos reis e reunir vários Ternos de Reis não só do município como de outras cidades vizinhas para juntos celebrar a tradicional folia de Reis. As várias iniciativas privadas, motivadas por ONGs, Institutos e grupos artísticos, culturais e ambientais desenvolvem atividades de dança, teatro, artesanato e intercâmbio de discussão e reflexão acerca de temáticas diversas. No âmbito esportivo o município está em déficit, não provém de quadra municipal ou ginásio de esporte. As atividades esportivas como: futebol, basquete, muay-thai, capoeira e karatê são desenvolvidas em quadras escolares, clube social e campos abertos.

A vida dos moradores transcorre calma e passiva, com poucas ofertas de lazer, a maioria dos moradores vive em suas casas assistindo o mundo por uma janela tecnológica, os poucos que saem são frequentadores de academias, bares e jardins.

Figura 5: Festival de reisados, Boa Nova, 2014



Fonte: Acervo particular de Ronildo Porto.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ronildo.alvesporto>. Acesso em: 10 de out. 2014

2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

No cenário educacional brasileiro, vários atores representam papéis diferenciados, tendo como norte a chamada qualidade da educação. É possível fazer referência aos legisladores, gestores, docentes, funcionários, pais, comunidade e alunos, mas é impossível não destacar as questões, sociais, políticas

e econômicas, a cultura, a tecnologia que tanto determinam quanto interferem e, mesmo, condicionam esta tal qualidade.

Tratar de questões referentes à escola é tratar tanto de questões que promovem uma educação de qualidade quanto daquelas que a negligenciam. No contexto da história da democracia brasileira, para não deslocar o tempo tão para trás e situarmos bem a discussão da gestão democrática como princípio da administração pública, o que se percebe é que as propostas e investimentos feitos de mudança na rede de ensino, na política educacional, nas práticas curriculares e pedagógicas, considerando a cultura escolar e as concepções de ensino-aprendizagem, não acompanharam, não mudaram no mesmo ritmo das mudanças e reformas propostas.

2.2.1 Gestão da Educação

A análise da gestão educacional pode-se realizar por meio de vários recortes e planos. Uma perspectiva importante implica não reduzir a análise das políticas e da gestão educacional à simples descrição dos seus processos de concepção e execução importando apreendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade.

2.2.1.1 Aspectos Pedagógicos

A partir da compreensão da escola como uma instituição social que se concretiza pelas relações entre educação, sociedade e cidadania, ela deve se expressar como instituição em uma organização concreta, com objetivos, funções bem estruturadas e traduzindo-se como instituição mediadora entre as demandas sociais por cidadãos escolarizados e as necessidades de auto-realização das pessoas, transformando-se junto com a sociedade, e colaborando também, para essa transformação.

Nesta perspectiva, a prática pedagógica é uma prática social específica, de caráter histórico e cultural que vai além da prática docente, relacionando as atividades didáticas dentro da sala de aula, abrangendo os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as relações desta com a comunidade e a sociedade.

É ponto de partida para a teoria, mas que também se reformula a partir dela. Pressupõe uma análise e tomada de decisões em processo, beneficiando-se do trabalho coletivo e da gestão democrática.

2.2.1.2 Estrutura da Educação Municipal

A Lei Orgânica do Município, criada no ano de 1990 e editada em 15 de novembro de 1993 prioriza o Sistema de Ensino com a colaboração da União e do Estado atuando no ensino fundamental e pré-escola, atendendo satisfatoriamente a demanda escolar. Vale ressaltar que esta lei não atende de forma integral aos anseios da área da educação.

Na lei orgânica a educação é tratada no plano plurianual do município de forma superficial - praticamente inexistente. O município já estruturou o Sistema Municipal de Ensino, instituído pela lei nº 548/2006, alterada pela lei nº 556/2006, que regulamenta a organização do sistema educacional no município.

O Conselho Municipal de Educação (CME) foi instituído através da lei nº 417/98 de 19 de outubro de 1998, passando por algumas alterações, sendo a última, a lei nº 547/2006 de 23 de outubro de 2006. Nos últimos anos, o Conselho vem atuando de forma satisfatória no que diz respeito à organização e funcionamento dos setores pedagógico e burocrático das unidades escolares, bem como o controle e manutenção do padrão de qualidade dos mesmos. Já os Conselhos Escolares estão sendo implantados pelas escolas e há uma sinalização da secretaria da educação em aderir ao curso de capacitação de conselheiros escolares com objetivo de socializar as informações sobre a importância e o papel dos conselhos escolares para a gestão democrática. Sobre os Grêmios Estudantis, nenhuma escola do município possui esse seguimento.

No que correspondem aos conselhos, destaca o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), regulamentado pela lei 447 de 11/01/2001, tem como função fiscalizar os recursos e a qualidade da merenda escolar, onde os conselheiros reúnem-se periodicamente a fim de discutir e analisar as prestações de conta; há também o Conselho do Fundo de Manutenção e Valorização dos Profissionais da

Educação Básica (Fundeb), criado de acordo à lei nº 564/2007 de 09/03/2007 e tem a função de fiscalizar os recursos destinados à educação básica.

O ingresso na carreira de Magistério dar-se-á através da aprovação em concurso público, de provas e títulos para o cargo e nível para o qual o candidato se inscreve, obedecendo às exigências estabelecidas na Lei nº 525/2005 (Plano de Carreira dos Servidores Municipais) e os critérios da Lei Complementar nº 001/2007 (Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério do Município de Boa Nova). Esta última concebe-se de um avanço conquistado com a participação de toda a comunidade escolar, através de esforços e discussões contínuos que acarretaram num documento que normatiza a carreira do magistério no município. No entanto, faz-se necessário à revisão do mesmo em razão de situações que emanaram após sua implantação.

Devido ao grande número de escolas atendidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), o número de técnicos não é suficiente para atender à demanda. A SME não dispõe de um organograma com funções definidas. A relação da SME com a Diretoria Regional de Educação (Direc) de Jequié e a Secretaria Estadual de Educação (SECBA) se dá de forma cordial e respeitosa, mantendo um regime colaborativo entre as partes através dos programas disponibilizados para o município. Dentre desses programas está o Emitec (Ensino Médio com Intermediação Tecnológica), é um programa estruturante da Secretaria da Educação da Bahia que faz uso de uma rede de serviços de comunicação multimídia que integra dados, voz e imagem, se constituindo em uma alternativa pedagógica para atender a jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso) em relação a centros de ensino-aprendizagem onde não há oferta do Ensino Médio, além de atender a localidades que tenham deficiência em profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. Outro programa de parceria com a SEC é o Despertar que tem como proposta formar uma nova consciência ambiental através da introdução na sala de aula do Ensino Fundamental na zona rural, os conceitos de respeito e preservação do Meio Ambiente, Ética e Cidadania, Saúde, Trabalho e Consumo. Além desses existe a parceria com o Proam (Programa de Apoio à Educação Municipal) que dá suporte e orientação na elaboração de planejamentos, bem como de programas de capacitação.

Quanto ao Plano de Ações Articuladas (PAR), em sua elaboração, o município tem contemplado metas de qualidade que visa à melhoria da gestão educacional. Quanto às estratégias que o município tem realizado para garantir a equidade da educação, podem ser destacadas a adesão e construção deste mecanismo de planejamento; incentivo e colaboração na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares e implantação dos conselhos, além da articulação e desenvolvimento do sistema de ensino; adesão e apoio aos cursos de formação continuada; monitoramento e reflexão dos indicadores de desempenho das escolas.

2.2.1.3 Organização e Funcionamento da Educação Municipal

O município de Boa Nova oferece todos os níveis de Educação Básica. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II ficam sob a responsabilidade do município, que dispõe também das modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. O Ensino Médio é de responsabilidade da Rede Estadual, mas funciona também como regime de colaboração da rede municipal através do programa do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec).

A maior parte das escolas do Município de Boa Nova está localizada na zona rural. De um total de 36 escolas 28 estão localizadas na zona rural. Incluem-se nas da zona urbana uma de nível médio, sob administração estadual, e uma creche municipal, conforme demonstrado na tabela 8. As da zona rural são de pequeno e/ou médio porte - algumas de difícil acesso e com a infraestrutura inadequada, outras passando por adequações através dos programas Escola do Campo, Escola Acessível, Água na Escola, Escola Sustentável, Mais Educação, além da parcela de participação, um tanto tímida, do poder público municipal. Em relação às escolas da zona urbana, que são também de pequeno e médio porte, algumas estão com aparência atrativa e infraestrutura razoável. Vale ressaltar que são todas de fácil acesso.

Contextualizando essas informações, segundo os dados da tabela 06 em Boa Nova há apenas uma escola da rede estadual na sede do município, que ofereceu o ensino fundamental até o ano de 2011 e atualmente dispõe só do ensino

médio. Percebe-se que a presença de uma única escola com essa modalidade de ensino cria transtornos quanto à relação oferta/demanda, como também o deslocamento dos alunos da zona rural, visto que o município concentra a maioria da população no campo. Esse fato desemboca na problemática da cultura da população do campo em limitar seus estudos ao ensino fundamental.

Tabela 06. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Boa Nova

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2008	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2009	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2010	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2011	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2012	0	0	0	0	0	0	1	0	1
2013	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Fonte: MEC. Indicadores demográficos e educacionais Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2007,2008,2009,2010/gerarTabela>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

Tabela 07. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Boa Nova

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	2	30	32	5	35	40	0	0	0
2008	2	31	33	5	34	39	0	0	0
2009	2	28	30	5	31	36	0	0	0
2010	2	26	28	5	29	34	0	0	0
2011	2	26	28	5	28	33	0	0	0
2012	2	26	28	5	28	33	0	0	0
2013	2	26	28	5	28	33	0	0	0

Fonte: MEC. Indicadores demográficos e educacionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2011,2012,2013,/gerarTabela>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

Tabela 08. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Boa Nova, por dependência administrativa e níveis de ensino

Níveis de ensino	Dependência administrativa								
	Estadual			Municipal			Particular		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Ed. Infantil-Creche	-----	-----	-----	01	01	01	-----	-----	-----
Ed. Infantil- Pré-escola	-----	-----	-----	01	01	01	-----	-----	-----
Ed. Infantil Pré-escola + Ensino Fundamental Anos iniciais (Núcleos)				28	27	27			
Ensino Fundamental Anos iniciais + Ensino Fundamental Anos finais	-----	-----	-----	01	01	01	-----	-----	-----
Ensino Fundamental Anos finais	01	-----	-----	05	05	05	-----	-----	-----
Ensino Médio	01	01	01	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	02	01	01	36	35	35			

Fonte: MEC. Indicadores demográficos e educacionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2011,2012,2013,/gerarTabela>>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

Analisando as tabelas 06, 07 e 08 que traz o quantitativo de escolas do município de Boa Nova nos últimos anos, por etapa e dependência administrativa, observa-se um decréscimo no número total de escolas no município. Até o ano de 2011 a rede estadual de ensino ainda oferecia a etapa Ensino Fundamental, ficando a partir de 2012 apenas sob a responsabilidade do município. A redução do número de escolas do município está relacionada à desativação de escolas do campo, anteriormente implantadas em localidades com demanda suficiente de alunos para tanto, e que foram ao longo do tempo reduzindo para números insuficientes para a manutenção dessas escolas.

Convém ressaltar que as escolas de educação infantil e ensino fundamental se confundem, já que nessa relação estão inclusas as escolas do campo que trabalham com o modelo multisseriado. Dessa forma, elas são contabilizadas tanto na educação infantil como no ensino fundamental dos anos iniciais.

2.2.1.4 Apoio ao Educando

Um dos principais apoios pedagógicos ao educando nas escolas da Rede Municipal de Boa Nova são os livros didáticos, que se justifica por ser o instrumento mais utilizado por professores, devido à sua comprovada importância e eficácia. As escolas escolhem os livros através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A escolha é feita por professores, coordenadores pedagógicos e gestores.

A equipe usa alguns critérios para efetuar a escolha, dentre eles destaca-se o exame dos conjuntos de livros e adequação dos conteúdos ao currículo de acordo com a proposta pedagógica de cada unidade escolar. Vale ressaltar que nem todos os alunos recebem livros, uma vez que o cadastro é feito através do censo do ano anterior. As Unidades Escolares realizam no início do ano letivo uma reunião de pais e mestres, onde são entregues os livros aos pais e/ou responsáveis orientando-os quanto à importância da conservação dos mesmos.

Outro importante apoio é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais. As compras ocorrem após licitação no comércio municipal e após a conclusão desse procedimento o Conselho da Alimentação Escolar (CAE) analisa as empresas que venceram as licitações, posteriormente, os comerciantes ficam encarregados de entregar os produtos alimentícios nas escolas. A merenda é preparada levando-se em consideração a quantidade de alunos e armazenada de maneira adequada.

Os recursos repassados, muitas vezes não são suficientes para diversificar o cardápio, porém todos os alunos recebem a merenda de forma satisfatória. A nutricionista das escolas da rede municipal elabora o cardápio da merenda a ser servida em todas as escolas, levando-se em consideração o valor nutricional e aceitabilidade dos alunos. Em algumas localidades rurais, o cardápio da merenda escolar é diferenciado, pois, não existe a disponibilidade de energia elétrica.

A assistência médica e odontológica acontece através da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. O atendimento psicológico se dá por meio da

atuação de dois profissionais - que não são suficientes para atender a demanda, porém contribuem muito para o atendimento educacional especializado. O município conta ainda, com a contribuição de uma Assistente Social da Educação e com a parceria da Secretaria Municipal da Assistência Social.

Outro importante apoio é o transporte escolar. Todos os veículos são fechados e seguros, circulam frequentemente e atendem cerca de 1430 (um mil quatrocentos e trinta) estudantes. Parte do transporte escolar é terceirizada através de licitação. A empresa responsável pelo transporte no município é a Transcoops (Cooperativa de Transportes), sendo a mesma responsável pela manutenção dos seus veículos em conformidade com a legislação vigente.

Através da Dimensão 4 que trata da Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos do Plano de Ações Articuladas (PAR), o município foi contemplado com cinco (05) ônibus do Programa Caminho da Escola. Além destes veículos, o município também conta com (um) 01 ônibus da Prefeitura Municipal. Vale salientar que todos os alunos que necessitam do transporte escolar são atendidos satisfatoriamente e os profissionais responsáveis pela condução dos estudantes são devidamente habilitados para exercer a função. Os transportes escolares não possuem a presença de monitores.

2.2.1.5 Acompanhamento Pedagógico

A Secretaria Municipal de Educação oferece de maneira específica e regular orientações para o trabalho pedagógico nas escolas, esse acompanhamento acontece de acordo com as necessidades de cada Unidade Escolar. Para melhor atender aos educandos, o currículo é organizado de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), onde se faz as devidas adequações - conforme a realidade dos alunos. No município não há registro de quilombolas e indígenas, por isso não existe currículo específico para estas modalidades de ensino.

A fim de atender às orientações das Diretrizes Pedagógicas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental de nove (09) anos, são realizados projetos interdisciplinares em consonância com os Temas Transversais. Quanto ao processo de acompanhamento pedagógico, o município conta com o apoio de dezessete (17)

coordenadores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. No Ensino Fundamental II, desenvolvendo o trabalho de coordenação pedagógica em 03 Unidades Escolares atuam professores da Rede Municipal de Ensino com formação em Licenciatura em uma disciplina específica, não dotando de formação em Pedagogia. Uma das dificuldades encontradas para a realização do trabalho pedagógico é a realização de formação continuada nas Atividades Complementares, principalmente acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais objetivando melhorias no processo ensino aprendizagem.

Com relação ao planejamento das atividades pedagógicas, as mesmas acontecem de forma organizada e articulada em reuniões de Atividades Complementares (A/C), o tempo pedagógico utilizado pelos professores e coordenadores é aproveitado para planejamento das aulas, discussões e reflexões, bem como elaboração de algumas atividades, sendo realizadas semanalmente e/ou quinzenalmente, obedecendo ao período de 04 (quatro) horas de planejamento, sob o acompanhamento do coordenador pedagógico, que fica à disposição da escola cumprindo uma carga horário de vinte (20) ou quarenta (40) horas semanais.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), todas as Unidades Escolares possuem. No momento da construção do PPP, as instituições de ensino contaram com o apoio e orientação de uma técnica disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, que contribuiu de forma significativa para a realização dos trabalhos. Todas as escolas do município possuem um Regimento Interno unificado elaborado com a participação de toda equipe escolar juntamente com a Secretaria de Educação e Assessoria Jurídica Municipal.

O processo de avaliação dos alunos é visto como uma prioridade ímpar pelos docentes, e ocorre processualmente no decorrer de cada uma das quatro unidades. Observam-se as dificuldades dos alunos a fim de auxiliá-los da maneira mais adequada. Quanto ao processo de recuperação, a mesma acontece paralela às unidades, o que tem surtido um efeito mais significativo na aprendizagem dos alunos.

2.2.1.6 Gestão das Unidades Escolares

É de fundamental importância que se traga para o interior da escola a política de democratização, a fim de se possibilitar maior autonomia no processo da gestão escolar participativa. Sob esta ótica, foi iniciado no município o processo de implantação dos Conselhos Escolares, amparados pela Lei nº 621/2011 sancionada pela Prefeitura Municipal. Dessa forma 05 escolas já iniciaram a implantação dos conselhos escolares, de um total de 35 (municipais). Quanto aos objetivos, metas, estratégias e planos de ação definidos pelas Unidades Escolares são evidenciados que ainda é preciso maior engajamento dos funcionários, pais, alunos e toda comunidade local, uma vez que a participação efetiva ocorre em sua maioria por parte dos gestores, coordenadores pedagógicos e professores.

As Unidades Escolares amparadas pelo Projeto Político Pedagógico dispõem de autonomia para decidir sobre seus métodos de trabalho. Dessa forma, todas as escolas do município possuem o Projeto Político Pedagógico. Em relação à aquisição de equipamentos e materiais, esta autonomia torna-se mais difícil, pois os recursos disponibilizados pelos Programas Federais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), já vem com critérios e verbas (algumas insuficientes) pré-estabelecidos.

A escolha dos dirigentes escolares é feita através de indicação do gestor municipal via Secretaria Municipal de Educação, através de critérios específicos, dentre eles, destacam-se o compromisso e a eficiência no desenvolvimento das atividades. Na perspectiva de cursos para formação de gestores escolares, o município através da Secretaria Estadual de Educação oferece um curso de capacitação Programa de Formação para Gestores Escolares (Progestão), onde são contemplados de forma significativa os gestores da rede municipal, bem como os coordenadores pedagógicos, os técnicos da secretaria e os secretários escolares.

As escolas dispõem de normas e procedimentos previamente definidos. Contudo, tais procedimentos não são totalmente executados na íntegra, pois em meio às tribulações diárias faz-se necessário alguns ajustes e modificações. Quanto à execução individual das tarefas, a maioria conhece e atende às demandas da escola. Porém, ainda é necessário um aperfeiçoamento mais constante para melhor

atender à clientela escolar. Vale ressaltar que nas Unidades de Ensino do município não há registros de Grêmios Estudantis.

2.2.1.7 Instalações físicas e materiais nas Unidades Escolares

O município dispõe de um total de 36 escolas, incluindo uma creche. Desse total 08 estão localizadas na zona urbana, incluindo a única da rede estadual, as demais 28 estão localizadas na zona rural do município. Todas as escolas da sede possuem sistema de abastecimento de água via rede pública, que é suficiente para suprir a demanda das escolas, de um total de 23 chegando à porcentagem de 64%. As que não possuem ficam dependentes de carros pipas e encanamentos de água de rios, pois não contam com um sistema de abastecimento eficiente. 83% das unidades escolares possuem energia via rede pública, as que não possuem se localizam também na zona rural.

Apesar de o município possuir um grande número de escolas, muitas salas de aulas estão com uma quantidade elevada de alunos; 19% possuem biblioteca e cantinho da leitura; das Unidades Escolares 17% possuem salas de apoio aos docentes; 33% possuem salas de diretorias; e são poucas as que apresentam um espaço físico que atenda aos critérios de acessibilidade, 11% com dependências acessíveis e 14% com sanitários acessíveis (as mais adequadas estão na zona urbana), mas a cada ano esses percentuais tendem a aumentar pela adesão ao programa de acessibilidade do FNDE, que destina recursos financeiros às unidades escolares via PDDE para serem utilizados em ações que visam proporcionar acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais às dependências das escolas.

Dessa forma, ainda abordando a questão da estrutura das escolas, e não distante da realidade brasileira, o município se encontra limitado ao adequado funcionamento do Programa Mais Educação, que foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de

atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. As adesões iniciaram em 2012 com nove escolas e em 2013 mais cinco escolas aderiram. O funcionamento só aconteceu em 2013.

As escolas não dispõem de recursos suficientes para o apoio pedagógico, e os que têm são utilizados com frequência pelos professores para a realização de atividades lúdicas. É importante ressaltar que existem nas escolas da sede equipamentos audiovisuais e de informática (TV, CDs, DVD, projetor de imagens, computador) que são utilizados na sala de aula como suporte das atividades pedagógicas do professor.

Todas as salas de aula têm carteiras suficientes para todos os alunos; mesas; cadeiras para professor e quadros, contudo ainda existem salas - principalmente as da zona rural que não contam com material multimídia (mesmo simples) nas salas de aula. Nesse sentido, professores e alunos nem sempre dispõem de material adequado para as atividades diversificadas. O mesmo acontece com os materiais ilustrativos, bibliográficos, visual e sonoro.

O município conta com três (03) salas de recursos multifuncionais, onde as mesmas oferecem e atendem aos padrões do Ministério da Educação (MEC). Vale ressaltar que todas as escolas da sede do município do Ensino Fundamental I e II possuem laboratório de informática com internet banda larga e os espaços onde estão instalados oferecem segurança. Já nas localizadas da zona rural, parte considerável possui laboratório de informática, porém não dispõe de internet e o número de computadores é insuficiente para atender à demanda da escola; todos os computadores estão em perfeito estado de funcionamento, mas, o lugar onde estão instalados não oferece segurança, também há ineficácia na capacitação dos profissionais para o trabalho com as tecnologias educacionais.

O controle do patrimônio das escolas é realizado com a formalização de um termo de doação anual que elenca os bens adquiridos e/ou produzidos pela unidade escolar e enviado para a prefeitura municipal. Todas as Unidades de Ensino também fazem esse controle interno. Já a segurança desse patrimônio fica a cargo dos profissionais da guarda municipal, portanto não ligado diretamente à gestão escolar.

2.3 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

No artigo 2º do Estatuto do Magistério do município de Boa Nova, Lei nº 574, de 21 de setembro de 2007 traz em seu texto que os profissionais que compõem a educação são servidores do Magistério Público Municipal, são profissionais da Educação que exercem atividades de docência e os que fornecem suporte pedagógico direto às atividades de ensino incluídas de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, coordenação, orientação educacional e direção. Nesse sentido os profissionais da educação são peças chave, interligadas que se complementam e buscam através de suas funções promoverem a educação e atuar de maneira dinâmica e participativa nas várias instâncias dos processos educacionais.

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação e o Estatuto do Magistério estão sendo cumpridos. Atendem aos anseios da categoria, contudo, necessita de algumas atualizações no intuito de dirimir as dúvidas no seu texto. Existem ainda programas de formação para os profissionais da educação, tais como o Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental), Pacto Bahia, Despertar, Progestão e ParFor (Plano Nacional de professores de educação Básica, que é um plano emergencial instituído para atender o Decreto nº 6.755 de 29/01/2009 e implementado em regime de colaboração entre Caps, os Estados, Municípios, DF e as Instituições de Educação Superior- IES).

**Tabela 09. Funções docentes por Localização e Formação
Rede Municipal 2012**

NIVEL	FUNÇÕES DOCENTES					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Regular – Creche	-	-	-	07	-	07
Regular – Pré-Escola	01	01	-	12	01	14
Regular – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	12	12	04	43	01	14
Regular – Anos Finais do Ensino Fundamental	36	36	04	36	-	60

Educação de Jovens e Adultos – Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	02	02	01	04	-	07
Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	06	06	-	05	-	11

Legenda para funções docentes: **C/Lic** – com Licenciatura; **C/Gr** – com Graduação; **C/EM** – com Ensino Médio; **C/NM** – com Normal Médio; **S/EM** – sem Ensino Médio

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013

Tabela 10. Número de professores e coordenadores da Rede Municipal e Estadual por nível de formação em 2011

Profissionais do Magistério	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Total
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	
Professores	-	-	03	25	22	169	219
Coordenadores	-	-	-	-	-	09	09

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional (Direc), 2013.

De acordo com os dados das tabelas 09 e 10, é possível perceber que a maioria dos professores, tanto na esfera estadual quanto municipal possuem nível superior, sendo que ainda existe um percentual, ainda que baixo, de docentes que apresentam formação em ensino médio. Em relação aos coordenadores todos que atuam nesta função apresentam graduação específica na área.

Quanto ao pessoal técnico e administrativo, os mesmos recebem orientações constantes. No que diz respeito aos profissionais, o desempenho deles não é avaliado periodicamente – deveria ocorrer este tipo de avaliação. As relações entre funcionários, direção das escolas e alunado desenvolvem-se da maneira mais cordial e respeitosa possível. Quando há qualquer tipo de problema e/ou desentendimento, procura-se resolvê-lo o mais breve possível.

Vale ressaltar que em algumas escolas parte dos funcionários (pessoal de apoio, professores, secretária escolar) participam das decisões através de representantes dos segmentos nos conselhos escolares (de modo direto e/ou indireto). Quanto às ações de formação continuada para os profissionais de apoio, estão começando a ocorrer, contudo de maneira ainda muito tímida. Atualmente os conselhos escolares deram uma parada e não estão em funcionamento.

Portanto, com base na coleta dos dados e nas informações expostas, terão que ser implantadas ações nos diversos segmentos da educação. No caso dos profissionais do magistério o principal ponto é a avaliação/atualização do Plano de

Cargos e Salários. No caso dos profissionais de apoio, a criação de um plano que contemple principalmente ações de treinamento e formação continuada, bem como, assegurar benefícios que estimulem a formação específica e continuada.

Tabela 11. Profissionais em educação por nível de escolaridade na Rede municipal em 2013

Cargos	Nº	Nível de Escolaridade			
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Outros
Merendeira	26	5	9	5	7
Servente	133	47	40	45	1
Secretário Escolar	34	-	3	30	1
Porteiro	27	2	4	20	1
Outros	14	-	-	13	1

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

Segundo os dados apresentados na tabela, a escolaridade dos profissionais em educação da rede municipal sofre variação de acordo a função desenvolvida. Pode-se constatar que os cargos que exigem um domínio maior, em relação a competências e habilidades, no que diz respeito à desenvoltura da função, a maioria dos profissionais apresentam um nível maior de formação, tais como o secretário escolar, porteiro e outros cargos afins. Já para as funções de servente, na qual há um número considerável de profissionais no município, a escolaridade se divide, de forma um tanto equilibrada, para os três níveis. A função de merendeira também apresenta uma variação equiparada, sendo que, ainda a maioria destes profissionais possui o ensino fundamental completo.

Tabela 12. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2012

Cargo	Nº Total	Situação Funcional					Tempo exercício no cargo
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outros	
Merendeira	-	24	-	02	-	-	
Servente	-	74	-	69	-	-	

Secretário Escolar	-	24	-	10	-	-	
Porteiro	-	13	-	14	-	-	
Outros	-	10	-	07	-	-	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

Como mostra a tabela, a maioria dos profissionais em educação do município, mediante situação funcional, trabalha em regime estatutário. Isso se deve também a realização do último concurso público ano de 2011, no qual houve convocação para os cargos apresentados acima. O contrato temporário aparece em formatação mínima dentro da realidade de Boa Nova, não havendo demanda de profissionais no regime CLT ou outros vínculos terceirizados.

2.4 NÍVEIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

2.4.1 Etapas da Educação Básica

2.4.1.1 Educação infantil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996) define que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escola para crianças de 4 a 5 anos. Ainda que não obrigatória, a educação infantil é um direito público, cabendo ao município a expansão da oferta com o apoio das esferas federal e estadual. Nessa perspectiva,

o município de Boa Nova tem ofertado esta modalidade de ensino de acordo com as suas possibilidades, como veremos a seguir:

Tabela 13. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Boa Nova, por dependência administrativa e localização 2009 a 2013.

Anos	Municipal				Estadual		Particular		Total
	Urbana		Rural		Urbana	Rural	Urbana	Rural	
	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola					
2009	151	150	-----	367	----- -	----- -	13	-----	681
2010	119	204	-----	290	----- -	----- -	8	-----	621
2011	106	148	-----	296	----- -	----- -	7	-----	557
2012	124	120	-----	254	----- -	----- -	----- -	-----	498
2013	142	134		264					540

Fontes: MEC/INEP, para os dados de matrícula, Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2013.

Com base nas informações mostradas na tabela 13, podemos perceber que houve um decréscimo na matrícula nos últimos anos, tanto na zona urbana como na zona rural, justifica-se na maioria das vezes, em virtude à escassez de emprego no município, o que leva muitas famílias a se deslocarem para outros municípios ou estados à procura de melhores condições de vida. Outro fator que contribui para a diminuição da matrícula é a falta de conscientização dos pais que não procuram os serviços educacionais por não ser uma obrigatoriedade.

A partir da emenda 59 de 2009 a pré-escola passa a ser obrigatório e com o PNE nº 13.005\14, a primeira meta trata da universalização até 2016 da pré-escola. Devido à lei de obrigatoriedade da educação infantil aprovada em 2013 houve um aumento no numero de matriculas no município neste ano, mas na creche ainda enfrentamos muitas dificuldades na zona rural.

Vale salientar também que os serviços de atendimento à creche ainda são inadequados, uma vez que o seu atendimento no município é dedicado apenas à faixa etária de 1 ano e meio a 3 anos e somente na zona urbana, não atendendo à demanda.

Tabela 14. Taxa de escolarização da Educação Infantil do município 2010

Seguimentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C) %
Creche (0 a 3 anos)	812	106	706	13,5%
Pré-Escola (4 a 5 anos)	496	444	52	89,5%
Total (0 a 5 anos)	1.308	550	758	42%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2013.

Tabela 15. Taxa de escolarização da Educação Infantil do município de Boa Nova, por localização - 2010

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO	481	254	53%
RURAL	827	444	53,5%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2013.

De acordo com as tabelas acima, fica evidente a carência de oferta de vagas para o segmento creche (0 a 3 anos), visto que apenas 13,5% dessa faixa etária encontra-se matriculada na rede de ensino, uma vez que o município conta apenas com uma unidade dessa modalidade na zona urbana.

Sabe-se também que a população boanovense é maior na zona rural, o que dificulta o acesso à educação infantil. Sendo assim, o município vem se preparando para ampliar a oferta de vagas, adequando os espaços já existentes e articulando projetos de construção de creches nos povoados com maior número de habitantes. Além da preocupação com a infraestrutura para que aconteça a universalização da educação infantil, ainda será necessária a adequação no transporte escolar, no intuito de atender às especificidades dessa clientela.

Dentre os problemas enfrentados pela educação infantil, podemos citar: Falta de programas de incentivo à leitura para os alunos e formação continuada para professores que atuam nessa modalidade; Escassez de material didático/pedagógico; Falta de apoio e compromisso dos pais; Ampliar o quadro de monitores para auxiliar os professores da creche em sala de aula.

Para amenizar estes problemas, algumas medidas são tomadas pela equipe escolar e Secretaria Municipal de Educação, tais como: Encaminhamento de ofícios aos órgãos competentes, solicitando melhorias na infraestrutura, assim como

recursos que tragam benefícios à educação; Realização de campanhas beneficentes e ajuda de custo da equipe escolar; Visitas domiciliares aos alunos faltosos; Encontros com os pais para conscientizá-los sobre a participação dos mesmos na vida educacional dos filhos; Estudos e trocas de experiências nas atividades complementares.

Em relação ao número de crianças por professor, a clientela atendida na creche e pré-escola está dentro do recomendado pelo Referencial Curricular Nacional (RCN) para Educação Infantil e os Indicadores de Desempenho para a modalidade. Porém, vale ressaltar que na zona rural esse número excede pelo fato das turmas serem multisseriadas.

O acompanhamento da aprendizagem do aluno na educação infantil é feito sob a orientação da coordenação pedagógica e direção da escola, através de projetos e atividades planejadas nos horários de Atividades Complementares (ACs). Contamos ainda com o apoio de psicólogos, conselho tutelar e assistente social, mas ainda de maneira tímida.

O município é carente de ações que articulem as políticas com assistência social, justiça, direitos humanos e cultura na formação integral, pois a rede municipal de ensino conta apenas com uma assistente social para atender toda a demanda - trabalho este de forma incipiente. Em relação à cultura, apesar da riqueza das manifestações, percebe-se que o município pouco investe nesta área.

2.4.2 Ensino fundamental

O Ensino Fundamental no município de Boa Nova tem sua organização prevista na Lei Orgânica Municipal de 1990, editada em 15 de novembro de 1993, em conformidade com a Lei 9494/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A oferta de vagas neste nível de ensino é prioritária, assim como na Educação Infantil, proporcionando o atendimento suficiente de sua demanda.

O município oferece as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação do Campo no intuito de atender às especificidades de uma parcela da população local e, assim, promover políticas de inclusão escolar. É imprescindível que o referido programa seja mais bem atendido

em termos de assistência pedagógica, a fim de colaborar para que se atinja a meta 10 do documento do PNE, que diz respeito à conclusão do ensino de jovens e adultos.

Mesmo assim, analisando a evolução das matrículas do Ensino Fundamental no município de Boa Nova, constatamos que houve uma queda progressiva do número de alunos matriculados, tanto na zona urbana com uma média de 10 a 30 alunos ao ano e na zona rural apresentando um índice mais relevante com a média de 100 alunos ao ano, registrando dessa forma um total de 385 alunos não constantes na matrícula entre os anos de 2010 e 2013. Alguns fatores podem ser evidenciados para justificar essa queda, tais como: controle de natalidade e migração para outras regiões em busca de melhores condições de vida. Em contrapartida, evidenciamos uma evolução de 52.69% no nível educacional da população de 7 a 14 anos em relação aos dados de 1991 a 2000, os quais modificaram as taxas consideravelmente, conforme a demonstra a tabela 17.

Tabela 16. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Boa Nova, por dependência administrativa e localização (2010/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	1490	1893	49	-	-	-	3432
2011	1495	1744	24	-	-	-	3263
2012	1495	1644	-	-	-	-	3139
2013	1461	1586	-	-	-	-	3047

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

A redução no número de matrículas, apresentado na tabela 17, está atrelada, entre outros fatores, à perda de territórios pelo município de Boa Nova a partir do Censo oficial de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relaciona-se também ao êxodo rural ocorrido no município nos últimos anos, onde famílias inteiras deixaram o campo para se deslocarem a grandes centros urbanos em busca de trabalho.

Tabela 17. Nível Educacional da população de 07 a 14 anos, 1991 a 2000

Faixa Etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% Frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14 anos	69.99	32.72	-	-	-	-	28.07	80.76
10 a 14 anos	60.77	15.11	93.57	80.74	-	-	31,84	88.62

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 10 de out. de 2014

A situação da educação em Boa Nova apresentou melhorias significativas na última década do século XX, como mostra a tabela 17. Houve queda substancial da taxa de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da frequência escolar (taxa de escolarização) para a população de 07 a 14 anos. Essas melhorias deram-se pelas políticas de alfabetização dos governos federal e estadual aderidas pelo município, bem como pela reestruturação da educação a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), ambos surgidos na última década do século XX.

Tabela 18: Matrícula do Ensino Fundamental do município de Boa Nova, por idade e série/ano. Rede Municipal, 2013

Idades	1º ano	2º ano	3º Ano	4º ano	4ªsérie/ 5ºano	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
6 anos	65	-	-	-	-	-	-	-	-	65
7 anos	198	70	-	-	-	-	-	-	-	268
8 anos	8	188	59	17	-	-	-	-	-	272
9 anos	1	9	158	68	54	-	-	-	-	290
10 anos	1	4	11	96	128	43	-	-	-	283
11 anos	-	3	14	42	110	165	41	-	-	375
12 anos	-	1	6	17	40	108	140	37	-	349
13 anos	-	-	7	7	22	43	91	98	30	298
14 anos	-	1	-	3	9	38	58	81	99	289
15 anos	2	-	-	1	6	18	25	33	55	140
+ 16 anos	1	2	1	14	14	21	28	22	82	185
Nº de alunos total em defasagem	13	20	39	84	91	120	111	55	82	2814
% em defasagem	4,7%	7,2%	15,2%	31,7%	23,7%	27,5%	28,9%	20,2%	30,8%	21,8%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

De acordo com os dados coletados (Tabela 18), observamos que o maior índice de defasagem idade-série esta na forma de organização seriada, uma vez que a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos contribui para corrigir esta distorção. O município de Boa Nova iniciou a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos no ano de 2009, conforme a lei 11.274/2006, que regulamenta a organização da política de educação municipal para esse segmento e o mesmo está sendo gradativamente efetivado. O município possui 36 escolas públicas, sendo 35 da esfera municipal atendendo à educação infantil de creche e pré-escola e Ensino Fundamental I e II, distribuídos entre a zona urbana com 09 Unidades Escolares e a zona rural com 26 Unidades Escolares e uma Unidade Escolar da esfera estadual, que oferece o ensino médio. Todas as unidades supracitadas possuem mobiliário razoavelmente adequado, coerente com a modalidade de ensino ofertado e as propostas pedagógicas são construídas para garantir a alfabetização dos alunos ao final do terceiro ano.

Tabela 19. Frequência por ano do nascimento, segundo município residente.

	Nascidos vivos - Boa Nova - Período			Total
	2011	2012	2013	
Município residente	206	221	154	581

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2013.

Tabela 20. Taxas de rendimento – Rede Municipal

SÉRIE/ ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série/ 2ºano do EF	2011	99,2%	99,4%	-	0,6%	0,8%	-
	2012	99,1%	99,4%	-	0,6%	0,8%	-
	2013	98,9%	99,4%	1,1%	-	-	0,6%
2ª série/ 3ºano do EF	2011	75,3%	89,9%	23,6%	8,2%	1,1%	1,9%
	2012	100%	96,4%	-	2,6%	-	1,0%
	2013	99,1%	99,4%	0,9%	0,6%	-	-
3ª série/ 4ºano do EF	2011	81,0%	92,3%	15,2%	6,7%	3,8%	1,0%
	2012	79,8%	91,6%	20,25	8,4%	-	-
	2013	81,2%	81,6%	17,6%	17,3%	-	-

4ª série/ 5ºano do EF	2011	89,7%	86,5%	9,7%	13,1%	0,6%	0,4%
	2012	82,3%	91,5%	17,7%	7,3%	-	1,2%
	2013	79,1%	88,5%	20,9%	8,6%	-	2,9%
5ª série/ 6ºano do EF	2011	81,2%	89,4%	15,7%	6,0%	3,1%	4,6%
	2012	77,8%	80,3%	20,3%	11,6%	1,9%	8,1%
	2013	71,5%	80,4%	23,6%	12,2%	4,9%	7,4%
6ª série/ 7ºano do EF	2011	84,0%	89,6%	11,7%	8,1%	4,3%	2,3%
	2012	80,9%	92,7%	16,2%	4,9%	2,9%	2,4%
	2013	80,9%	91,2%	16,5%	4,4%	2,6%	4,0%
7ª série/ 8ºano do EF	2011	84,8%	95,9%	12,1%	2,1%	3,1%	2,0%
	2012	75,4%	78,3%	19,8%	16,8%	4,8%	4,9%
	2013	80,2%	80,3%	15,0%	12,2%	4,8%	7,5%
8ª série/ 9ºano do EF	2011	77,1%	93,4%	2,2%	8,4%	14,5%	4,4%
	2012	88,1%	95,5%	6,9%	3,0%	5,0%	1,5%
	2013	80,1%	93,0%	9,6%	2,6%	10,3%	4,4%

Fonte: QEdu. Relatórios educacionais. Disponível em: <http://www.qdu.org.br/cidade/5065.boa-nova/taxas-rendimento>. Acesso em 10 de out. de 2014.

Mas, como mostram os dados da tabela 19, a taxa de reprovação apresenta-se mais elevada no último ano do primeiro ciclo do Ensino Fundamental acentuando as dificuldades do processo de adaptação do Ensino Fundamental de 09 anos. Além disso, encontramos vários impasses que implicam na aprendizagem dos alunos, principalmente a ausência dos pais na participação das atividades, diante da proposta de estreitamento da relação pais e mestres, em que a escola busca a compreensão pela família da importância de sua participação no desenvolvimento educacional dos filhos. Fato esse, que contribui para que estes alunos se sintam desmotivados e desinteressados pela escola. O baixo nível de instrução verificado em muitos pais também dificulta o retorno destes na tarefa de cooperação do desempenho escolar.

Ainda sobre as taxas de rendimento, percebemos na análise dos dados da Secretaria Municipal de Educação que os índices de aprovação na rede municipal tem sido crescentes nos anos de 2011 a 2013, registrando em sua maioria um percentual acima de 80%, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Com relação à reprovação as séries/anos que demonstram os maiores índices são o 5º ano do Ensino fundamental i com índice de 20,9% na zona urbana e

4º ano do ensino fundamental I com índice de 17,3% na zona rural, usando como base o ano de 2013. No Ensino Fundamental II o índice mais elevado refere-se ao 6º ano tanto nas escolas urbanas com um percentual de 23,6% quanto nas rurais com a taxa de 12,6%, porém com um diferencial alarmante entre os percentuais, registrando uma diferença de 11% do índice de uma localidade para outra, visto que, nessa fase de transição alguns fatores são preponderantes para esse quadro, tais como: alunos advindos de turmas multisseriadas, adaptação ao novo ritmo (novos professores, tempo dividido das disciplinas) e também eles ainda passam pelas transformações biológicas comuns a essa faixa etária.

Com referência ao abandono na rede municipal, as taxas demonstram uma queda contínua na evasão escolar nos anos de 2011 a 2013, e as mesmas são mais evidentes na zona rural e ao longo do Ensino Fundamental II.

Tabela 21. Taxas de rendimento – Rede Estadual

SÉRIE/ ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série/ 2ºano do EF	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
2ª série/ 3ºano do EF	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
3ª série/ 4ºano do EF	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
4ª série/ 5ºano do EF	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013						
5ª série/ 6ºano do EF	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
6ª série/ 7ºano do EF	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
7ª série/	2011	-	-	-	-	-	-

8ºano do EF	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
8ª série/ 9ºano do EF	2011	100%	-	-	-	0.0%	0.0%
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-

Fonte: QEdu. Relatórios educacionais. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/5065.boa-nova/taxas-rendimento>. Acesso em 10 de out. de 2014.

Quanto à análise da rede estadual e ensino nos deparamos com uma realidade bastante diferente, onde as taxas de aprovação e reprovação oscilam muito entre um ano e outro, com avanços e retrocessos consideráveis. Mas o grande problema está nos índices de abandono que mantém valores altos no Ensino Fundamental II entre os anos de 2011 e 2013.

O município, através da Secretaria Municipal de Educação acompanha os resultados de cada escola e incentiva constantemente a busca por melhores resultados, ainda que não seja de forma sistemática, pois não possui um modelo próprio de avaliação. Nessa perspectiva, as avaliações externas são instrumentos utilizados para verificar o desempenho dos estudantes, conforme as expectativas prévias de cada ano/série. A preparação para este tipo de exame funciona de maneira diferente por escola, mas sempre procurando atender às disciplinas mais críticas nas áreas de português e matemática. É preciso que ocorra um acompanhamento pedagógico mais pragmático, com vistas a contemplar as competências a serem alcançadas.

De forma geral, o município tem estabelecido parcerias com o governo federal e estadual para a implantação de programas nas áreas de alfabetização (Pró-Letramento e Pacto pela Educação). Contando também com o apoio pedagógico e psicológico mais intenso nas escolas, que desenvolvem vários projetos e reforços para os alunos do ensino fundamental I com dificuldades em Português e Matemática.

Ainda assim, o município vem desenvolvendo algumas ações que visam à melhoria da aprendizagem dos educandos, dentre as quais podemos citar a criação do Conselho Municipal de Educação (CME), bastante atuante na área educativa, a criação do Plano de Ações Articuladas (PAR), o incentivo ao planejamento

estratégico das unidades escolares através do PDE-Interativo e a Formação Continuada dos docentes da rede. Nesse sentido, a formação trará melhores resultados se for ampliada para todos os docentes da rede, com o objetivo de melhorar o ensino aprendizagem do município.

Sobre a educação em tempo integral, o município não possui ainda nenhuma unidade escolar em funcionamento nessa nova sistemática de ensino, mas através do Programa Mais Educação criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica, 09 escolas aderiram em 2012 e realizaram seu plano de ação para o desenvolvimento de atividades diferenciadas para os alunos e executaram em 2013. Outras 05, em 2013 aderiram ao programa e executaram em 2014, embora falte a estrutura adequada para que o programa atenda de fato tais expectativas.

Ainda é um desafio muito grande, uma vez que é necessário investir nas estruturas físicas das unidades escolares, formação continuada para os docentes para a execução das atividades e recursos materiais em quantidade e diversificados para cada atividade. Considera-se, também, importante que as parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar sejam fortalecidas, e ocorram de forma efetiva, a fim de oferecer suporte e atendimento de qualidade para os alunos e contribuir na formação desses indivíduos.

O projeto de Lei nº 8.035/2010, que trata do Plano Nacional de Educação (2011-2020), atualmente a Lei nº 13.005/2014, já introduz metas bem claras. Ademais, os municípios, na elaboração dos Planos de Ações Articuladas (PAR), nos últimos anos, têm assumido compromissos dessa natureza para a melhoria do Ensino Fundamental.

Desta forma, os dados devem estar em sintonia com as metas de desempenho que os municípios pretendem alcançar, bem como as médias nacionais e estaduais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O propósito implícito na LDB nº 9.394/96 em adotar um sistema de avaliação foi o de transformar a avaliação em um instrumento norteador de mudança da realidade educacional do País, visando à melhoria do padrão de qualidade do ensino. Nesse sentido, foi adotado o Ideb como indicador educacional indissociável às formulações de políticas avaliativas contemporâneas.

Tabela 22. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb no Ensino Fundamental 2005/2013.

Âmbito de Ensino		Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental					
		IDEB Observado				Metas		IDEB Observado				Metas	
		2005	2007	2009	2011	2013	2021	2005	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	Total	3,4	4,0	4,4	4,7	4,9	5,7	3,1	3,4	3,6	3,8	3,9	5,1
Rede Estadual do seu Estado		2,6	2,7	3,2	3,8	4,0	4,9	2,6	2,7	2,8	2,9	3,1	4,7
Rede Estadual do seu Município		-	-	-	-	-	-	3,6	3,2	2,8	3,8	-	5,6
Rede Municipal do seu Município		3,3	3,2	3,9	4,1	4,4	5,6		2,5	3,0	2,8	3,1	4,2

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>. Acesso em 10 de out. de 2014.

A análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede estadual de ensino entre os anos de 2005 e 2013 nas séries dos anos finais do Ensino Fundamental I observa-se uma evolução tímida, oscilando o índice de forma regressiva e progressiva, demonstrando esforços deficitários para o alcance das metas estaduais e do país.

Como apresenta a tabela acima, o Ideb das escolas da rede municipal de ensino do município de Boa Nova demonstra uma evolução gradativa nas séries iniciais do Ensino fundamental I, uma progressão que deve se acentuar ao alcance da meta do Estado da Bahia e do Brasil. A esse sucesso atribui-se uma gama de fatores com destaque para: Nível educacional dos professores, transporte escolar, esforço escolar e realização e aplicação de projetos e programas nas escolas. Fatores esses também aplicados ao Ensino Fundamental II, porém os resultados não demonstraram muito evolutivos, apresentando-se os percentuais bem abaixo da

média do estado e do país. Atribui-se ao insucesso no Ideb do Ensino Fundamental II principalmente às deficiências dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, dificuldades essas trabalhadas por meio de reforço escolar, e projetos interdisciplinares. Nota-se ainda assim que muitos alunos com tais dificuldades não detêm de uma atenção individual e/ou especializada por parte dos professores, fator pontuado como um dos primordiais para sanar tal problema. No entanto não se pode deixar de mencionar as melhorias na educação do município, podendo citar a dinâmica nas bibliotecas das escolas, aplicação e acompanhamento dos programas federais Mais Educação, Mais Cultura, Programa Nacional de alfabetização na idade certa – Pnaic, Pró-letramento, Despertar e Pacto com os municípios uma iniciativa do governo do estado da Bahia. Todos esses programas, associados aos projetos elaborados pelas Unidades Escolares têm modificado o ensino no município e dinamizado o processo educacional, em consequências dessas ações o Ideb tem evoluído sucessivamente.

2.4.3 Ensino Médio

O Ensino Médio, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96 consiste em uma etapa da educação que traz uma concepção de construção, associadas às competências básicas, na qual assegura ao educando a formação e desenvolvimento pleno para o exercício da cidadania. O atendimento ao Ensino Médio no Município de Boa Nova é exclusivamente vinculado à Unidade Escolar Colégio Dr. Edivaldo Machado Boaventura da rede pública de ensino, tendo o Estado como dependência administrativa. Não existem outras instituições que ofertem esta modalidade na esfera privada ou municipal. Entretanto, faz-se necessário a interlocução com o Estado com o objetivo de alinhar as propostas educacionais a propósito de fomentar as necessidades da população em relação a essa etapa do ensino, mediante o fortalecimento de todas as etapas de ensino no município.

De acordo com os dados demonstrados abaixo da referida unidade, considera-se as informações a seguir com relação ao quantitativo de matrícula inicial entre os anos de 2010 e 2012.

Tabela 23: Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município Boa Nova, por dependência administrativa e localização 2010/2012

Anos	Municipal	Estadual	Privada
2010	-	711	-
2011	-	849	-
2012	-	840	-

Fonte: QEdu. Relatórios educacionais. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/5065-boanova/taxas-rendimento>>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

Observando os dados, é possível constatar que houve um aumento no número de matrícula inicial em 2011 em relação ao ano de 2010 e um pequeno decréscimo do ano de 2012 em relação a 2011. Um dos fatores que contribuíram para este fato foi à redução na taxa de desistentes do ensino fundamental II das escolas municipais.

O aumento na demanda de matrículas foi devido à implantação do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec) um projeto do Estado em parceria com o município que atende as localidades de Penachinho e Valentim desde o ano de 2010. O programa foi criado com o objetivo de levar o ensino médio de qualidade para aquelas comunidades em que há demanda de alunos, possibilitando-os prosseguir com os estudos dentro de suas realidades, valorizando assim suas culturas e peculiaridades.

A unidade escolar, bem como seus anexos, dispõe de vagas suficientes para matrículas, uma vez que todos os estudantes que a procuram têm as suas solicitações atendidas. Assegura para o turno noturno o acesso dos alunos com idade acima de 16 anos com o intuito de atender a disponibilidade do transporte escolar e, no caso de adolescentes que apresentam inviabilidade de estudar no turno diurno.

A situação do Ensino Médio no Colégio Estadual Dr. Edivaldo Machado Boaventura pode ser analisado através de informações referentes ao desempenho dos alunos como mostra a tabela abaixo:

Tabela 24: Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Estadual

Fase/ Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º Anodo EM	2010	68.4%	-	68.4 %	18.8%	-	18.8 %	12.7%	-	12.7 %
	2011	83.4%	-	83.4 %	5.4%	-	5.4%	11.2%	-	11.2 %
	2012	70.2%	-	70.2 %	23.3%	-	23.3 %	6.5%	-	6.5%
2º Ano do EM	2010	82.8%	-	82.8 %	4.4%	-	4.4%	12.8%	-	12.8 %
	2011	91.6%	-	91.6 %	2.1%	-	2.1%	6.3%	-	6.3%
	2012	73.8%	-	73.8 %	21.8%	-	21.8 %	4.4%	-	4.4%
3º Ano do EM	2010	92.2%	-	92.2 %	1.2%	-	1.2%	6.6%	-	6.6%
	2011	90.2%	-	90.2 %	0.6%	-	0.6%	9.2%	-	9.2%
	2012	93.9%	-	93.9 %	4.7%	-	4.7%	1.4%	-	1.4%

Fonte: QEdu. Relatórios educacionais. Disponível em: [HTTP://www.qedu.org.br/cidade/5065-boanova/taxas-rendimento](http://www.qedu.org.br/cidade/5065-boanova/taxas-rendimento) Acesso em: 10 de out. de 2014.

De acordo com a tabela, entre os anos de 2010 e 2012, a taxa de aprovação apresentou variações de crescimento e decréscimo para os três anos do ensino médio. Esse mesmo quadro pode ser percebido em relação à taxa de reprovação. Entretanto, a taxa de abandono no 1º e 2º ano apresentou baixa e para o 3º ano a mesma variação da aprovação e reprovação, sendo um dos grandes desafios para a escola minimizar os índices de conservação e evasão. Fatores como a jornada de trabalho ao longo do dia, ausência de tempo para dedicação às atividades extraclasse, e muitas vezes, indisposição gerados pelo cansaço são grandes responsáveis pelos índices de desistências apresentados, principalmente pelos alunos do noturno.

Em relação às estratégias de diminuir a reprovação e o abandono, a escola desenvolve iniciativas como realizações de projetos e ações envolvendo todas as turmas, além do incentivo ao acompanhamento por parte dos próprios alunos e dos pais e/ou responsáveis no que diz respeito ao rendimento escolar. Até mesmo adaptações nos horários são feitos, pois muitos alunos exercem atividades remuneradas, requerendo assim uma flexibilidade para a conciliação de trabalho e estudo. Na proposta do currículo escolar, este atende a demanda nacional. Os

planos de cursos têm sido elaborados de maneira interdisciplinar na tentativa de associar teoria e prática ressaltando as temáticas de cada área.

A escola não possui o programa Ensino Médio Inovador, porém utiliza instrumentos tecnológicos no intuito de facilitar a prática pedagógica, nesse contexto foi implantado um laboratório de informática contendo 14 computadores, além de uma sala de leitura e vídeo, onde são disponibilizados o acervo, bem como, espaço para vídeo-aula.

Dentro da perspectiva de parcerias com outras áreas do município, existe um programa para jovens e adolescentes coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no qual uma das prioridades é considerar a frequência e assiduidade do alunado, ou seja, é restrito ao repasse de informações da vida escolar. Por esse motivo não se pode concluir que o intuito é buscar ativamente a população de 15 a 17 anos fora da escola, uma vez que o programa apenas contempla o percentual já inserido no contexto escolar.

A Escola, desde o ano de 2007 tem adotado a política de incentivo a participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com ações que visam elucidar a importância dessa modalidade para o acesso ao ensino superior e, ao mesmo tempo, da avaliação da própria instituição de ensino:

Tabela 25: Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2012

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e prova Objetiva)
Rede Federal	2012	-	-
Rede Estadual	2012	441,25	445,12
Rede Municipal	2012	-	-

Fonte: QEdu. Relatórios educacionais. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/5065-boanova/taxas-rendimento>>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

Considerando que no Município de Boa Nova não há outras esferas pertencentes à rede federal ou municipal de ensino, o Colégio Estadual Dr. Edivaldo Machado Boaventura possui registros de alunos, que por meio de Enem, tiveram acesso ao Ensino Superior nas mais diversas áreas.

Vale ressaltar que, embora esforços sejam feitos na busca de avanços, há ainda muito que se fazer no sentido de condições de melhorias nas questões norteadas pelo ensino-aprendizagem. Sendo importante estabelecer um diálogo maior entre as diversas áreas do conhecimento priorizando a interdisciplinaridade, bem como a presença de um coordenador pedagógico para articular melhor esta proposta de trabalho de forma que possibilite uma reflexão significativa a cerca da práxis pedagógica, pois infelizmente a instituição não dispõe de coordenadores pedagógicos.

No entanto como partes da dinâmica curricular são realizados ao decorrer do ano letivo projetos que visam o trabalho interdisciplinar mesmo que ainda de forma limitada como, por exemplo: Seminários, Feira de Ciências, Jogos escolares, dentre outras atividades, favorecendo o desenvolvimento das habilidades e conhecimento dos nossos educandos nas diversas disciplinas que são a eles ofertadas.

Quanto às ações relacionadas ao incentivo ao aluno trabalhador e ensino noturno é oferecida aos mesmos, a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) onde os mesmos oriundos na sua maioria dos trabalhadores diurnos. Mas vale ressaltar que o município ainda carece de ensino técnico e de incentivo a parcerias com instituições de Ensino Médio público que promovam o ensino técnico e profissional.

2.5 EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior se constitui o mais elevado nível da educação brasileira. De acordo com as finalidades da educação superior, postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cabe a esse grau de ensino fomentar a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Desde 1988, a educação superior está passando por um intenso processo de reformas, que se adensou a partir de 1995. A primeira providência foi à aprovação da Lei n.º 9.131, de dezembro de 1995, que reformulou o Conselho Nacional de Educação e redefiniu as bases da criação de novas instituições superiores, tendo em vista a expansão com qualidade para fazer frente à crescente demanda por ensino superior. O novo sistema assenta-se em três pontos: flexibilidade,

competitividade e avaliação. O mérito maior dessa lei foi o de estabelecer a necessidade do credenciamento periódico das instituições, baseado na avaliação do desempenho dos cursos e do conjunto da instituição.

2.5.1 Ensino Superior

Atualmente, possuir o nível superior é fundamental para quebrar paradigmas dentro de um mundo cada vez mais exigente e competitivo. Dentro desse contexto, muitos jovens buscam ingressar numa universidade com o intuito de ascender profissionalmente. Através de pesquisas realizadas com alguns alunos do Ensino Médio de Boa Nova foi possível mensurar suas expectativas em relação ao ingresso nos cursos de formação superiores, demonstrando motivação pelo acesso a essa oportunidade. Através de uma boa qualificação, podem ter maiores chances de inclusão no mercado de trabalho, garantindo melhores salários, qualidade de vida e ampliando seus conhecimentos; outros acreditam que está longe da sua realidade cursar uma universidade pela falta de preparo nas escolas de ensino médio e em virtude da baixa renda familiar.

Infelizmente, as oportunidades oferecidas pelo município são mínimas, mesmo havendo uma instituição particular, a mesma não atende a demanda local, assim os jovens que desejam ingressar na universidade buscam os municípios vizinhos para a sua qualificação, desencadeando uma evasão considerável na cidade, pois buscam a continuação dos estudos e também oportunidades de emprego. O quantitativo de alunos que concluem o ensino médio e ingressam na educação superior é baixo, pois além de não ter condições de fazer um curso preparatório, as famílias possuem baixa renda salarial.

A ajuda mais considerável que o governo municipal disponibiliza é o acesso ao transporte para quem possui interesse em cursar uma universidade ou um curso preparatório, mas o mesmo não atende satisfatoriamente à demanda que busca uma melhor qualificação. Muitos optam por fazer um curso à distância - por ser mais acessível financeiramente e de menor duração. Não existem ações do governo municipal em relação à permanência desses alunos de baixa renda salarial ao ingresso na educação superior; os que cursam estão incluídos em programa de

assistência ao estudante na esfera Federal, através do Enem, utilizando o processo do (Prouni, Sisú) ou o Fies. Não foram encontrados dados referentes à avaliação dessas Instituições na avaliação do Enade.

O Governo Municipal juntamente com os Governos Estadual e Federal, por meio de convênios, proporcionam aos profissionais na área de educação a integração dos mesmos nas universidades, possibilitando uma busca de conhecimento e contribuição para a sua formação, porque são os professores que fazem a diferença em uma escola - ter uma equipe em constante aperfeiçoamento é ter uma escola cada vez melhor.

O município também aderiu ao PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) Interativo, que garante a formação continuada dos professores através de um plano de formação, e o Pro-Letramento nos cursos de Língua Portuguesa e Matemática que é realizado pelo MEC, em parceria com a universidade que integra a Rede Nacional de Formação Continuada com adesão dos estados e municípios, pois, ao capacitar os professores, as escolas passam a ter uma qualidade melhor do ensino – o que faz toda diferença.

O professor deve enriquecer a sua prática pedagógica, e a universidade contribui para alcançar melhor conhecimento, mas a aprendizagem acontece também pela motivação do professor em sala de aula, e para que isso ocorra é preciso que se tenham objetivos claros. O governo municipal tem parceria com Universidades Federais e Estaduais (UFBA, Uneb e Uesb) para a formação de professores em cursos presencial e a distância.

Quanto ao acervo é preciso ser adequado e acessível para uma boa produção de material, atendendo as exigências desses profissionais que buscam qualificação. Sabemos que não é fácil encontrar instituições que desenvolvem trabalhos com boa qualidade de integração à biblioteca, mas os profissionais buscam outras possibilidades de pesquisa e novos conhecimentos.

2.6 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.6.1 Educação profissional

Promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, complementada em seguida pelo decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, ficou caracterizada a Educação Profissional de forma específica. Ela tem por objetivo capacitar jovens e adultos para o exercício de atividades produtivas, podendo ser desenvolvida em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Legislação comum a todos os níveis, legislação específica para cursos de nível técnico e legislação específica para cursos de nível tecnológico, regulamentação da educação profissional, instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Atualmente a educação profissional não é contemplada em nosso município, entretanto no ano de 2012 foi ofertado no povoado de Valentim o Curso Técnico em Apicultura, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Agricultura e Senar – Serviço de Aprendizagem Rural. O curso aconteceu no período das férias escolares com duas turmas, especificamente formada com os alunos do 3º ano do Ensino Médio do Emitec – Ensino Médio com Intermediação Tecnológica.

As escolas utilizam os mesmos métodos de matrícula para seus alunos, sem nenhuma campanha específica para atender os jovens que estão fora da escola e/ou parceira para cursos profissionais com outras secretarias ou conselhos.

Diante a demanda de jovens e adultos registrados no município a Secretaria Municipal de Educação disponibiliza o transporte para que alunos de cursos profissionalizantes possam realizar seus estudos em cidades vizinhas, como Poções, Vitória da Conquista e Ipiaú, além de colaborar com a divulgação e inscrição nos cursos a cada semestre. Porém, o número de matrícula é muito pequeno e dificuldades como deslocamento, conciliação com o trabalho são empecilhos para que a maioria dos jovens priorize o curso profissionalizante ou conclua o mesmo quando conseguem iniciar os estudos.

É notória a lacuna existente entre a procura por cursos profissionalizantes e a oferta no curso pelos mesmos no município de Boa Nova, o que provoca a emigração de adolescentes, jovens e adultos, e afeta além do número representativo de munícipes fora da escola, bem como no grau de instrução e mão de obra qualificada de trabalho.

2.6.2 Educação de Jovens e Adultos – EJA

A Educação de Jovens e Adultos no município de Boa Nova tem como principal objetivo oportunizar ao jovem e ao adulto o acesso, a permanência, a continuidade e a conclusão de seus estudos através de uma educação voltada para a formação de cidadãos críticos, capazes de participar, de forma efetiva, do processo de transformação da sociedade, por meio de uma metodologia diferenciada, que respeite a individualidade, e principalmente, as experiências trazidas pelos alunos, considerando suas características, seus interesses, suas condições de vida e de trabalho.

No ano de 2002 foi criada em Boa Nova a primeira turma da EJA no Ensino Fundamental - séries iniciais. O curso é de modalidade presencial e os alunos eram remanescentes dos programas Aja Bahia e Alfabetização Solidária. O objetivo maior era dar continuidade aos estudos dos mesmos. No ano de 2005 foram criadas as primeiras turmas da EJA com o propósito de dar continuidade à 2ª etapa do Ensino Fundamental.

Tabela 26. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no Município de Boa Nova, por dependência administrativa e localização 2011 a 2013

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	180	127	-	-	-	-	307
2012	90	69	-	-	-	-	159
2013	150	80	-	-	-	-	230

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Boa Nova - Relatório da rede municipal de ensino, 2013.

Tabela 27. Nível Educacional da População jovem, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% frequentando a escola	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
15 a 17	14,76	3,46	-		90,79	42,11	77,42	78,64
18 a 24	24,28	5,99	-		92,99	77,07	27,47	21,25

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

No Município de Boa Nova a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 57,89%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino no mesmo índice é de 22,93%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, demonstrando dessa forma, um avanço nas propostas educacionais e na frequência dos adolescentes e jovens na escola.

Em relação à taxa de analfabetismo no município a proporção de jovens de 15 e 17 anos é de 14,76 no ano 2000, apresentando uma crescente no ano de 2010 de 11,30 e a faixa etária de jovens de 18 a 24 anos apresentou um índice ainda mais relevante com um avanço de 18,29 percentual. O índice que não apresentou grande avanço foi o percentual de alunos frequentando a escola.

Tabela 28. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 2000 e 2010

Taxa de analfabetismo	2000	2010
% com menos de 4 anos de estudo	53,9	41,9
% com menos de 8 anos de estudo	41,2	42,8
Média de anos de estudo	5,09	9,58

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 5,09 anos para 9,58 anos, no município, enquanto na UF passou de 7,28 anos para 8,63 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 3,28 anos, no município, e de 5,75 anos, na UF.

Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 7,01% para 22,93%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 5,27%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 41,86% eram analfabetos, 15,37% tinham o ensino fundamental completo, 8,17% possuíam o ensino médio completo e 1,89%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) identifica e mobiliza a demanda da EJA através do mapeamento do número de jovens e adultos analfabetos existentes no município, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual fornece dados do Programa Bolsa Família. A mobilização acontece por meio de divulgação audiovisual.

Em se tratando da modalidade da EJA, seis (6) escolas no município de Boa Nova atendem a clientela. Atendem à demanda de alunos e a SME disponibiliza informações à população quanto à realização de exames supletivos em cidades circunvizinhas. Mas ainda há dificuldades quanto à organização curricular da modalidade. O ensino desse segmento é organizado em Tempos Formativos, Eixo I, II e III que corresponde ao Ensino Fundamental I e Eixo IV e V que correspondem ao Ensino Fundamental II, os alunos, conforme o desempenho apresentado vão construindo o percurso nos estudos e promovidos ou não para a etapa seguinte.

A modalidade até o ano de 2015 não dispunha de coordenador pedagógico, para atuar especificamente com a Educação de Jovens e Adultos, no entanto as discussões acerca da modalidade aconteciam nas atividades complementares realizadas pelas escolas quinzenalmente com os professores e equipe gestora. Não há um direcionamento de compra de material específico para este segmento, os recursos didático-pedagógicos adquiridos pelas Unidades Escolares atendem à demanda do público geral de alunos (as) matriculados (as).

No que diz respeito ao livro didático o MEC disponibiliza através do Programa Nacional do Livro Didático os módulos integrados para a Educação de Jovens e Adultos, estes módulos são utilizados em aula, porém os professores utilizam de sua própria metodologia para abordagem dos conteúdos. Dentro desse contexto, a escola trabalha com projetos gerais para as classes regulares e turmas da EJA e alguns projetos específicos para esse segmento, são realizadas também oficinas específicas para esse público em parceria com a comunidade e outras secretarias, onde contemplam a promoção à saúde, cuidados com o corpo, beleza, arte e culinária.

Por não haver um profissional atuando especificamente na EJA, registra-se a ausência de formação continuada para professores. Vale ressaltar que os recursos para a manutenção das turmas da EJA são oriundos do Fundeb. A EJA possui os mesmos benefícios da Educação Básica (transporte e alimentação escolar, além de

outros). A oferta só existe no turno noturno, pois a maioria dos estudantes trabalha durante o diurno.

O município aderiu ao programa Todos pela Alfabetização (Topa) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEC) e as turmas de alfabetização recebem o acompanhamento de um coordenador pedagógico. A avaliação é feita através de um teste cognitivo. A SME disponibiliza o espaço para o funcionamento das turmas e os educandos são informados e orientados a dar continuidade nos estudos com as classes da EJA (Ensino Fundamental) após o término da etapa de alfabetização.

Quanto às formas de avaliação da aprendizagem, é adotado o mesmo sistema avaliativo para todos os alunos, tanto das classes regulares quanto para a EJA. Os alunos (as) são avaliados por Unidade, de forma processual e contínua, tendo a nota como instrumento avaliativo. Numa perspectiva de construção/constatação do ensino-aprendizagem no processo. No que diz respeito à proposta curricular do município, pode-se afirmar que a mesma leva em conta as especificidades dos estudantes da EJA, entretanto as metodologias não se apresentam de forma articuladas a essa proposta.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Médio foi criada no ano de 2009, o que oportunizou a muitos jovens e alunos a conclusão da Educação Básica. A modalidade é oferecida em 3º tempo formativo, dividido em dois ciclos: Eixos VI e VII - ambos acontecem no turno noturno do Colégio Estadual Dr. Edvaldo Boaventura. No Eixo VI é desenvolvido o trabalho com disciplinas da área de Linguagem e Humanas, articulada a uma disciplina que se aproxime da realidade do aluno denominada artes laborais. No Eixo VII trabalha-se com as disciplinas contextualizada a área de Exatas e Biológicas, além de Artes Laborais que faz parte do currículo tanto do Eixo VI quanto o Eixo VII.

Durante todo o processo os alunos (as) são avaliados de forma contínua e processual, aonde os mesmos vão construindo seu percurso de formação, por meio de notas que são substituídos por conceitos que ao final permite a conclusão do ensino médio através de parecer.

A Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio não dispunha de coordenação específica e livros específicos. Os professores trabalham com apostilas

e se utilizam de outras metodologias para a abordagem dos temas. Os alunos matriculados na EJA participam dos projetos e eventos promovidos pela escola, sem dispor de atividades específicas para esse segmento.

2.6.3 Educação do campo

Segundo a LDB em seu artigo 22º, seção I, que trata da educação básica, ela tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Ainda em seu artigo 23º define que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Dessa forma, as escolas do município trabalham com a modalidade multisseriada. Segundo dados do Censo 2007/2010, A Educação Rural do município de Boa Nova estava organizada da seguinte forma: Educação Infantil: 2007 (30 Escolas); 2008 (31 Escolas); 2009 (28 Escolas); 2010 (26 Escolas); Ensino Fundamental: 2007 (36 Escolas); 2008 (34 Escolas); 2009 (31 Escolas); 2010 (29 Escolas).

As classes multisseriadas são organizadas através matrícula de cada ano, sendo os alunos agrupados pela educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental I (1º e 2º ano), e séries finais do Ensino Fundamental I (3º, 4º e 5º ano). No entanto, a organização das turmas multisseriadas não segue um padrão de agrupamento, varia muito de uma escola para outra. Algumas Unidades Escolares é possível funcionar turma de uma única série, enquanto outras classes atendem alunos da educação infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental I, a depender do número de alunos por matrícula em cada etapa do ensino.

O plano de trabalho elaborado pelos professores do Ensino Fundamental I busca contemplar todos os alunos em classe. O plano de curso é elaborado pelas séries em classe, o que diferencia é o tempo/aula direcionado para cada aluno, já

que o período destinado para uma aula deve ser trabalhado duas ou mais aulas, com temáticas variadas para séries diferentes.

**Tabela 29. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas
- Rede Estadual e Municipal -**

Áreas	Ano	Número de Escolas	
		Estadual	Municipal
Escola do Campo	2012	-	28
	2013	-	28
	2014	-	28
	2015	-	28
Escola em Área de Assentamento	2012	-	-
	2013	-	-
	2014	-	-
	2015	-	-
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2012	-	-
	2013	-	-
	2014	-	-
	2015	-	-
Escola Comunidade Indígena	2012	-	-
	2013	-	-
	2014	-	-
	2015	-	-

Fonte: MEC. Indicadores Demográficos e Educacionais. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/> 2007/2010. Acesso em: 10 de out. de 2014.

Os números apresentados sofreram modificações a partir de 2011. Numa análise atual, o município apresenta um total de 29 escolas rurais que oferecem separadamente as 04 Modalidades de Ensino, estando assim distribuídas: Educação Infantil e Anos iniciais (26 Escolas); Ensino Fundamental e Anos finais (03 Escolas).

As escolas localizadas na área rural do município de Boa Nova são organizadas por sistema de nucleação implantado no município desde 2001. Até então, as escolas funcionavam de forma extremamente precária, consequentemente as dificuldades eram constantes visto que o apoio pedagógico e a supervisão eram escassos. A princípio, para atender a demanda de aproximadamente 40 escolas

rurais havia apenas um diretor e um supervisor. Tal fator favorecia ao não cumprimento dos dias letivos, a ausência de merenda escolar, a falta de apoio pedagógico, a falta de material didático, entre outros.

A partir do ano de 2001, a nova gestão iniciou um trabalho direcionado às escolas do campo com o propósito de amenizar as dificuldades lá encontradas. Assim priorizou-se em organizar as escolas em sistemas de nucleação, na época foram criados dez núcleos. A Secretaria de Educação localizou as escolas da mesma região e estabeleceu uma sede com o objetivo de um diretor oferecer suporte às demais.

Desde então as mudanças foram surgindo progressivamente. Atualmente o município dispõe de 26 escolas na zona rural, das quais 25 são agrupadas em 05 núcleos. Para conduzir o trabalho com o propósito de buscar qualidade na educação conta-se ainda com o apoio de coordenadores pedagógicos, auxiliares de secretaria e auxiliares de sala de aula. Embora o avanço tenha sido muito relevante, existe um fator que ainda merece atenção especial: As turmas multisseriadas formadas por número muito alto de alunos. Compreende-se que tal modalidade constitui um problema que dificulta o aprendizado dos alunos já que, o professor não dispõe de condições para atender as necessidades específicas dos mesmos, ainda assim, houve grande aceitação por parte dos pais e comunidade em relação ao novo sistema pelos benefícios apresentados.

Quanto aos programas de apoio à educação do campo, no ano de 2011 o município aderiu ao Programa Escola Ativa que ofereceu formação a 02 professores multiplicadores, também forneceu material didático-pedagógico. Como esse programa foi extinto, o município aguarda orientações do MEC para aderir a outro Programa. Atualmente existem outros programas de formação continuada para professores, para a melhoria da qualidade de aprendizagem nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, bem como a vivência social e a relação com o meio ambiente. Dentre entre programa destaca-se:

Projovem - Originado da reformulação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o programa, em 2008, passou a chamar-se Programa de Inclusão de Jovens (Projovem). Dentre as mudanças de atendimento, este propõe aos jovens atividades que estimulam sua reflexão crítica e participação cidadã, distribuídas em ciclos, cada um com a duração de um ano.

O Projovem Adolescente (PJA), em específico, atende jovens dos 15 aos 17 anos, matriculados regularmente em escola, provenientes de famílias em situação de pobreza, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e/ou em situação de risco ou vulnerabilidade social, encaminhados pelos programas e serviços de Proteção Social Especial (PSE) ou, ainda, aqueles que de uma forma ou de outra gostariam de fazer parte do programa.

O serviço tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento social e humano dos jovens, o fortalecimento dos seus vínculos familiares e comunitários, o enfrentamento das situações de risco social às quais eles são cotidianamente expostos, bem como sua permanência e/ou retorno à escola. O Projovem Adolescente conta com uma equipe preparada de psicólogo, assistente social, orientador social e facilitadores de oficinas. Estes possuem o papel de consolidar os jovens no intuito de atingir ao máximo de seu objetivo.

Despertar: Preocupado com a conservação e preservação dos recursos naturais, o Sistema Faeb/Senar implantou em 2005 o Programa Despertar objetivando formar nova mentalidade, nas crianças e nos jovens das escolas públicas, no espaço rural, respaldado nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e enfatizando os temas transversais Meio Ambiente, Cidadania, Saúde, Ética, Trabalho e Consumo, tendo o tema Meio Ambiente como eixo principal das atividades.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um acordo formal assumido pelo Governo Federal, estados, municípios e entidades para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, 8 anos de idade, ao final do ciclo.

As Ações do Pacto apoiam-se em quatro eixos de atuação:

1. formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
2. materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
3. avaliações sistemáticas;
4. gestão, controle social e mobilização e alfabetização.

O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

Que também oportunizam formação a alunos e professores das escolas da zona rural do município. Além desses, existe no município de Boa Nova um programa que oferece salas de recursos multifuncionais para atender às crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. O município aguarda instruções do MEC para a implementação do programa escola do campo em tempo integral.

Segundo pesquisa direcionada aos gestores das escolas da zona rural, onde as questões referiam-se à infraestrutura, material de apoio pedagógico, calendário escolar, currículo e eficácia na formação de leitores foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 01: Realidade das escolas do campo no município de Boa Nova

	ESCOLAS NUCLEADAS	ESCOLAS NÃO NUCLEADAS
INFRA-ESTRUTURA	90% necessitam de reparos e construção de salas, bibliotecas, cantinas, banheiros e adequação de salas e banheiros para pessoas com necessidades educacionais especiais.	Embora em melhores condições, ainda há necessidade de reparos, construção e adequação de salas e banheiros para pessoas com necessidades educacionais especiais.
MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO	100% afirma possuir o material básico.	100% afirma possuir o material básico e outros através de programas educacionais.
CALENDARIO E CURRÍCULO	30% afirma haver mudanças em ambos	10% afirma haver mudanças em ambos
FORMAÇÃO DE LEITORES	30% afirma haver ações mesmo que insuficientes de incentivo a leitura	100% afirma haver ações de incentivo a leitura

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Boa Nova - Relatório da rede municipal de ensino, 2013.

Os dados mostram que o município obteve avanços no sentido de oferecer uma educação de qualidade nas escolas sediadas na zona rural, entretanto observa-se que o espaço físico inadequado torna-se um grave problema - principalmente das escolas nucleadas, dificultando assim, o desenvolvimento de ações e projetos voltados à formação de leitores.

2.6.4 Educação especial

Segundo o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9393 de 20 de dezembro de 1996; *“entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”* Os objetivos da **educação especial** são os mesmos da educação em geral, o que difere é o atendimento, que passa ser de acordo com as diferenças individuais do educando. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles portadores de deficiências.

O município de Boa Nova registra matrícula de alunos com necessidades especiais nas classes do ensino regular desde o ano de 2004. A princípio, as Unidades Escolares recebiam os alunos como forma de assegurá-los o direito de frequentar a escola e serem incluídos nos programas educacionais, em que era usado o termo Educação Inclusiva. Porém nem todas as escolas, nem os profissionais das mesmas, possuíam a estrutura e o conhecimento para a realidade daquele momento, que se tratava de uma novidade para a educação do município.

Nos anos subsequentes as matrículas de alunos com necessidades especiais foram aumentando, e de forma tímida as escolas foram trabalhando com esse novo público, ainda sem dispor de um preparo de profissionais e materiais adequados. O trabalho limitava-se ao aluno está presente na sala, onde o professor elaborava atividade envolvendo pintura, coordenação e/ou auxiliá-lo no manuseio dos materiais como lápis, caderno, livros.

O trabalho da Coordenação Pedagógica das escolas fornecia um suporte de auxílio aos educandos através de uma ficha diagnóstica elaborado pelas coordenadoras onde as necessidades especiais eram apontadas, de acordo o conhecimento da época. Esses alunos então eram encaminhados para atendimento e acompanhamento psicológico e/ou médico e oftalmológico (alunos com baixa visão).

Os casos de alunos diagnosticados eram encaminhados para os atendimentos ou acompanhamentos profissionais citados além de monitorados pelas coordenadoras pedagógicas, que não só auxiliavam os alunos (as) durante o tratamento, como mantinham contato com os professores e diretores das escolas para observarem e acompanharem o desempenho dos mesmos no seu processo de inclusão. Esse momento inicial de acolhimento e adaptação dos alunos com necessidades especiais nas escolas foi de grande aprendizado e representou mudanças significativas na inserção desses novos alunos que até então não frequentavam às escolas.

A Secretaria Municipal de Educação, buscando atender os alunos com necessidades especiais, de forma mais sólida, começou a preparar os profissionais da educação através cursos de formação promovidos pelo Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação. Os profissionais participantes dos cursos sobre Educação Inclusiva/Especial, por sua vez transmitia os conhecimentos às equipes gestoras das escolas municipais no intuito do município dinamizar as formas de trabalho e atenção aos alunos com necessidades especiais.

Mediante a demanda de alunos com necessidades especiais as escolas iniciaram algumas adaptações em suas estruturas para oferecer acessibilidade aos novos alunos. Foram construídas rampas, alargamento de portas, adaptações no banheiro. No entanto algumas adaptações foram realizadas de forma incorretas, dificultando ainda o acesso dos alunos e o próprio trabalho pedagógico elaborado para os mesmos.

Pode-se ainda registrar outro avanço para o atendimento educacional especializado quando foi inserido um professor, para desempenhar a função de professor-cuidador nas classes com dois alunos ou mais que apresentavam necessidade de cuidados especiais ou acompanhamento em algumas atividades. É importante, portanto salientar que a função do professor cuidador não foi bem

compreendida, os profissionais destinados a esse serviço confundiam com auxiliar de classe ou ab-doscente, organizando inclusive as atividades planejadas para as aulas por cada professor em classe, deixando dessa forma de fornecer o atendimento educacional especializado para qual foi direcionado.

No ano de 2012, a Secretaria Municipal de Educação recebeu de um professor da rede municipal de ensino um projeto de trabalho voltado para AEE - Atendimento Educacional Especializado dos alunos matriculados nas classes regulares. Esse projeto depois de analisado foi muito bem aceito e iniciado em duas escolas municipais, uma estando na sede, e outra na zona rural, porém tendo como característica única foi já existir a Sala de Recursos Multifuncionais montadas com materiais e equipamentos recebidos do Ministério da Educação.

O atendimento aconteceria no contra-turno, com um professor exclusivo da AEE que auxiliaria os alunos em suas necessidades especiais, orientando-o ao convívio social e melhor adaptação e participação na escola. O trabalho aconteceu a princípio em nas Escolas Municipais Monteiro Lobato (sede) e Fernando Wilson Magalhães (zona rural) a SME fornecia materiais didáticos e assegurava a participação dos dois profissionais em cursos de capacitação.

No ano de 2013 foi estruturada a coordenação de Educação Especial no município e o trabalho foi ampliado para as Escolas Municipais Dr. Florêncio Argolo dos Santos, Vital Soares, Alcides Filinto Magnavita de Souza, Hugulino Batista da Silva e Governador Luiz Viana Filho, todas essas Unidades já contemplada com sala de recursos multifuncionais. O número de alunos a serem atendidos foi crescendo de forma gradativa, ano a ano e o trabalho foi organizado de forma que cada sala de cada escola atendesse os alunos com no máximo duas deficiências, buscando assim dinamizar o atendimento e realizá-lo de maneira mais eficiente.

A coordenação de educação especial, juntamente com os professores da rede municipal de ensino realiza anualmente uma triagem por meio de fichas e encaminha os alunos para as devidas salas de atendimento educacional especializado. Todas as salas mencionadas estão em plena atividade, houve modificações nas formas de atendimento e atualmente cada sala de recursos multifuncionais atende aos alunos matriculados em suas respectivas escolas, ainda que os mesmos apresentem deficiências variadas.

No contexto municipal, a situação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em Boa Nova se encontra em crescente número de matriculados nas classes de Ensino Regular e recebem com atendimento educacional especializado no turno oposto nas salas multifuncionais.

Tabela 30. Matrículas da Educação Especial no Município de Boa Nova em 2013

	Nível de ensino				Total
	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual	-	12	12	02	26
Deficiência mental	06	45	25	-	76
Deficiência física	01	07	06	-	14
Deficiência auditiva	-	02	10	02	14
Deficiências múltiplas	01	03	09	-	13
Altas habilidades/superdotação	-	-	-	-	-
Transtornos Globais do Desenvolvimento	01	07	01	-	09
TOTAL	09	76	63	04	152

Fonte: Secretária Municipal da Educação, 2013.

Conforme é visto no levantamento dos dados da tabela 30 a Educação Especial no Município está evoluindo nos diferentes níveis e modalidades, contudo, é possível observar que de acordo com a elevação do nível da escolaridade, aumenta também a desistência dos estudantes com estas características por motivos como preconceito, mudança de escola, problemas na adolescência, falta de informação da própria família sobre a deficiência, falta de um currículo funcional específico, entre outros fatores. Mas, mesmo assim, ocorrem avanços, tais como a criação e ampliação das salas de recursos multifuncionais, formação inicial e continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que são capacitados para um atendimento mais eficaz, promovendo assim o ingresso e a permanência dos alunos com deficiência nas unidades escolares.

Os dados obtidos pelo Município em relação à quantidade de pessoas com deficiência são coletados através do censo escolar. Diante disto, todos que apresentam algum tipo de deficiência recebem atendimento com os recursos disponíveis na própria escola, ou em outra escola que tenha a sala de recursos multifuncionais, e, diante dos casos existentes, o Município oferece alguns profissionais como; psicólogo, assistente social, fisioterapeuta e psiquiatra. Vale ressaltar que é necessária a contratação de mais profissionais para atender a crescente demanda.

Existem parcerias entre diversos setores como a Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar, Associação Jequeense de Cegos-Ajece Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae-Jequié), dentre outros que apesar de insuficiente é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades. As escolas como um espaço fundamental na valorização da diversidade buscam garantir o pleno desenvolvimento da cidadania, através do Projeto Político Pedagógico - PPP, além de desenvolver projetos que valorizem a diversidade e que possibilitem a inclusão.

A Educação Especial é uma modalidade nova para todos, por isso ainda existem preconceitos e resistências. Por conta disso, torna-se necessário o fortalecimento de parcerias entre o Ministério de Educação - MEC e a Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de adquirir mais recursos, materiais didáticos e pedagógicos. Quanto aos profissionais esses tem formação inicial e continuada com cursos de graduação e pós-graduação e buscam participar de cursos, seminários e palestras voltados para educação especial. Em relação aos profissionais das escolas com classes de inclusão, quando possível, os mesmos participam de encontros que promovem a inclusão do aluno com deficiência na sala regular, promovendo assim o seu desenvolvimento social e educacional.

Com a implantação do AEE, nas Salas de Recursos Multifuncionais é possível aproximar a família e a comunidade dos ambientes escolares que desenvolvem à educação especial. Esse conhecimento mais profundo acaba divulgando a grande quantidade de direitos que uma pessoa com suas limitações têm, onde muitos ainda não estão sendo devidamente utilizados, pela falta de conhecimento e/ou de consciência dos direitos da pessoa com deficiência.

Alguns direitos já estão sendo garantido, contudo é necessário efetivar outros tantos, como é o caso dos alunos com deficiência auditiva ou surdez, que precisam de intérpretes e/ou tradutores da Língua Brasileira de Sinais – Libras, bem como o sistema Braile para os alunos cegos e/ou com baixa visão. Sabendo – se que devido à ausência de uma instituição que atenda aos alunos com idade superior aos 17 anos, não oferecemos um currículo funcional que atenda a especificidade de cada um.

O Município de Boa Nova não está em situação de privilégio em relação à educação especial. Existem muitas crianças especiais fora da escola, é necessário transporte específico para a educação especial, a acessibilidade nas escolas é inadequada principalmente a localização das salas de recursos multifuncionais, falta um trabalho mais consistente com a comunidade escolar e com a família em relação aos direitos da pessoa com deficiência, além de um trabalho mais eficaz com os alunos nas classes de inclusão no combate ao preconceito. Não bastam propagandas em relação ao respeito à diferença do ser humano, mas uma assistência mais afetiva do Município, do Estado e da Federação.

Em relação ao pedagógico, as escolas ainda não conseguem organizar totalmente o seu currículo e nem utilizar técnicas e recursos que contemplem a diversidade de alunos com necessidades especiais, entretanto isso não quer dizer que os alunos não estejam sendo atendidos, pois as escolas buscam trabalhar de maneira inclusiva.

No ano de 2015, a Secretaria Municipal de Educação, buscando atender de forma mais abrangente e eficiente os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem e/ou necessidades especiais organizou a Equipe Psicopedagógica destinada a ofertar apoio direcionado a estes educandos. A equipe é formada por um profissional de psicologia, pedagogos e psicopedagogos. O trabalho é desenvolvido através de atendimento específico e acompanhamento das demandas apresentadas em parceria com coordenação e professores das salas de recursos multifuncionais.

2.7 TRANSVERSALIDADE

A proposta de uma educação de qualidade deve estar vinculada à inserção dos Temas Transversais nas escolas com a finalidade de ampliar os conhecimentos de forma que não fiquem restritas apenas as áreas tradicionais e sim os relacionem a outros temas, como: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho, Consumo e Temas Locais, dando relevância a interdisciplinaridade.

2.7.1 Educação Etnico-Racial

A Lei 10.639/03 que altera o artigo 26-A da Lei 9394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) de 20 de dezembro de 1996 e da Lei 11.645/08 que altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, tem sido muito discutida nas diversas esferas. Vários cursos focam a referida lei e a exigência para que a mesma seja aplicada e reconhecida de fato nos municípios brasileiros. É fato que existe um legado de exclusão no que se refere aos negros no Brasil e aos povos africanos de modo geral.

Entretanto, é importante ressaltar que não há articulação efetiva entre o que é estabelecido na Lei 10.639/03 e as práticas abordadas em sala de aula. Para que a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” seja incluído no currículo escolar conforme descreve as Leis de Diretrizes e Bases da Educação é necessário prioritariamente os professores conhecer e reconhecer a importância do trabalho desenvolvido de forma crítica, levando em consideração o respeito à diversidade e a forte contribuição nas práticas culturais e religiosas.

A Lei é uma forma de reparação a esse legado de exclusão, nesse contexto o município de Boa Nova tem discutido os aspectos gerais deste contexto, exemplo disso, foi a Secretaria Municipal de Educação promover, em parceria com a UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) uma formação específica para

professores, gestores e coordenadores pedagógicos no curso de Especialização na área de Memória e História da Cultura Africana. Vale destacar que Boa Nova não possui comunidades quilombolas reconhecidas legalmente, contudo, sabe-se que existem vários descendentes de escravos africanos na região e localidades que apresentam indícios de uma comunidade quilombola pelos seus costumes, cantos, atividades culturais e população.

2.7.2 Educação, relações de gênero e diversidade sexual

O município de Boa Nova trata a questão de gênero e diversidade sexual de maneira evasiva, pois aborda a temática de forma muito tímida e indireta, com o foco apenas no que se refere ao *bullying*; à *prevenção de DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis)*; à *gravidez na adolescência*; entre outros.

Ressalta-se que, a maior parte dos professores ainda não está preparada para desenvolver/trabalhar com a temática de gênero e ou diversidade sexual - é necessária muita discussão e amadurecimento, além de cursos e seminários que tratam da questão. O município começou a avançar nesta discussão na medida em que o país avança. Nos últimos tempos muito se tem discutido acerca de gênero e diversidade, mas pouco se tem alcançado de fato.

Em nível Federal e Estadual ocorreram alguns avanços, mas ainda há uma parcela considerável da população que age de maneira preconceituosa e com um conhecimento mínimo acerca da questão que envolve a diversidade, em especial no que diz respeito à sexualidade. Um dos momentos mais significativos acerca do assunto foi participação de educadores municipais na “I Conferencia LGBT Territorial” ocorrida na cidade de Jequié – BA.

O município de Boa Nova reconhece a importância do trabalho de orientação sexual frente às Unidades Escolares, entretanto é preciso que os educadores da Rede Municipal de Ensino busquem inserir essa abordagem em sua concepção humana, para então refletir junto aos educandos a relevância do respeito e garantia dos direitos de todos ao convívio social e participação ativa nas atividades promovidas no âmbito escolar e fora dela.

2.7.3 Educação Ambiental

A importância da temática ambiental emergiu fortemente nos últimos trinta anos como resultado do agravamento das injustiças sociais entre pobres e ricos e da degradação da qualidade ambiental com o possível esgotamento de muitos recursos essenciais à humanidade. Pelo exposto, espera-se que o sistema educacional possa contribuir na resposta destes desafios, apontando para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de solidariedade humana e convivência com a natureza numa perspectiva crítica (Guimarães, 2007).

A Lei nº 9.795 – Lei da Educação Ambiental, em seu artigo segundo afirma: “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (Brasil, 1999). Embora esta lei represente um grande avanço na concepção da Educação Ambiental, seus desdobramentos práticos ainda são acanhados, pois as concepções abertas e interdisciplinares (também multidisciplinares e transdisciplinares) nos Projetos Políticos Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino acabaram gerando uma dicotomia sobre se a Educação Ambiental deveria ser tratada como tema transversal ou disciplina (Bernardes e Prieto, 2010)

Na medida em que os problemas ambientais não respeitam fronteiras políticas e que as culturas humanas tornam-se cada vez mais globalizadas e interconectadas, mostra-se imperioso que a Educação Ambiental assuma que “cuidar da terra é cuidar das pessoas” (Boff, 1999) numa perspectiva de uma “consciência planetária”, pois hoje, mais do que nunca estamos descobrindo que o destino dos seres humanos é comum (Morin, 2001) e a construção de sociedades solidárias e sustentáveis se impõe sobre nossa sobrevivência como espécie.

A visão globalista da questão ambiental, não deve ofuscar a importância da história, regionalismo e cultura locais, pois a percepção ambiental se dá primariamente na prática local do indivíduo. A busca do equilíbrio e do diálogo entre o “global/local” e o “indivíduo/sociedade planetária” deve ser permanente (Haesbaert, 2010). De acordo com o artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB): “Os currículos do Ensino Fundamental e

Médios devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” e em seu artigo 28: “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região...” (Brasil, 1996).

O município de Boa Nova vem se destacando na promoção e revalorização do seu patrimônio natural e cultural desde meados do ano 2000. Os maiores destaques ambientais a princípio foi sua riqueza de ecossistemas (caatinga, mata-de-cipó e mata atlântica) e sua enorme riqueza de aves (438 espécies). Um movimento ambientalista crescente, a ação permanente de ONGs e a resposta do poder público municipal e federal deram grande notoriedade ao município que hoje é divulgado em jornais, revistas, programas de TV, documentários e programas de pesquisa como um emergente modelo regional. A consolidação oficial do papel de destaque ambiental alcançado por Boa Nova deu-se com a criação de duas unidades de conservação abrangendo uma pequena área de dois outros municípios vizinhos. O Parque nacional de Boa Nova e o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova foram criados em 2010 protegendo uma área de mais de 27 mil hectares em torno da sede municipal.

Este cenário de “destaque ambiental” pode ser mais bem aproveitado pelo sistema municipal de ensino. As Escolas do município de Boa Nova atuam num ambiente especialmente complexo e rico do ponto de vista socioambiental. Com a criação das unidades de conservação, aumenta a autoestima da população local e cresce também a perspectiva de dinamização da economia com o desenvolvimento do turismo e pagamento por serviços ambientais como o fornecimento de água.

Diante do contexto expresso acima elencamos como oportunidades especiais a serem apropriadas pela rede de ensino municipal:

a) Aprimorar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999) aproveitando o intenso movimento ambientalista local, destacando os seguintes temas: assentamentos sustentáveis, conservação da biodiversidade, valorização da cultura local, valorização dos alimentos produzidos na região, iniciação científica, promoção de saídas de campo, entre outros.

b) Ampliar a discussão sobre Educação Ambiental na política de formação e valorização dos profissionais da educação. Promover um aprendizado constante através de intercâmbios, cursos, aquisição de materiais e interação com outras instituições que atuam na temática ambiental no município.

c) Promover a riqueza ambiental do município através de eventos que envolvam a família e a comunidade. Exemplo de um calendário de eventos: dia da Caatinga (28 de abril), dia da Mata Atlântica (27 de maio), “criar” o dia da mata-de-cipó, dia mundial da água (22 de março), dia mundial do meio ambiente (5 de junho), dia da ave (05 de outubro), entre outros.

d) Promover ações para a sustentabilidade nas escolas, tais como coleta seletiva, compostagem de lixo orgânico, hortas, mutirões de limpeza extraclasse, entre outros.

e) Promover ações educativas para a valorização da agricultura orgânica e da alimentação saudável, como: criação de hortas pedagógicas incentivo a quintais produtivos para a família dos alunos, priorizar a compra direta da merenda escolar com os agricultores familiares locais que promovam práticas agroecológicas.

f) Promover parceria com instituições locais e regionais voltadas para o desenvolvimento local e sustentável. Alguns parceiros potenciais no município são:

- ICMBio (Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre): visitas de campo, práticas conservacionistas, estágios curriculares, profissionalização para o turismo e trabalho ambiental.

- Prefeitura Municipal (Diretoria de Cultura): conhecimento da sociobiodiversidade, valorização da cultura local.

- Prefeitura Municipal (Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos): implantação da coleta seletiva de lixo, arborização urbana, reflorestamento, legalização ambiental.

- Prefeitura Municipal (Secretaria da Agricultura e Expansão Econômica): agricultura orgânica, hortas pedagógicas, quintais produtivos, meliponicultura pedagógica, profissionalização para o novo mercado de trabalho emergente.

- Save Brasil: conhecimento da biodiversidade, saídas de campo, educação para o ecoturismo, riqueza de aves.

- Casa Via Magia (Museu do Processo do Valentim): conhecimento da sociobiodiversidade, valorização da cultura local, profissionalização para o novo mercado de trabalho emergente.

- IAM – Instituto Adroaldo Moraes: conhecimento da sociobiodiversidade, valorização da cultura local, educação e meio ambiente.

2.8 RECURSOS FINANCEIROS PARA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BOA NOVA

A Educação do município de Boa Nova conta como recurso financeiro o Fundeb – Fundo Nacional de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério, dispõe também das ações federais através do PNAE - Programa da Alimentação Escola e PNATE - Programa Transporte Escolar. Além disso, o município recebe para investir na educação o que é estipulado pela Constituição Federal, ou seja, no mínimo 25% de toda arrecadação municipal. Esse recurso é administrado pela Entidade Executora.

Tabela 31. Outras receitas com o setor educacional do município de Boa Nova administradas pela Prefeitura 2010/2013

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras Receitas	Total
2010	228.474,00	246.801,52	0,00	232.388,31	707.663,83
2011	242.340,00	276.762,88	249.867,00	258.019,53	1.026.989,41
2012	309.336,00	262.089,02	0,00	332.950,58	904.375,60
2013	248.316,78	252.079,15	28.123,62	239.362,85	767.882,40

Fonte: - FNDE. Relatórios municipais. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal>>. Acesso em: 31 de Mar. 2015.

A tabela acima traz para a análise os recursos financeiros oriundos de outras receitas que dão base ao setor educacional. Os dados evidenciam uma variação constante num montante final dos recursos supracitados. Tal variação tem como

fator predominante o recebimento e utilização de convênios ocorrido nos anos de 2011 e 2013.

Outro fator que influenciou a variação total dos recursos verificados nos programas Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e Pnate (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar) foi a redução do número de alunos informados no Censo Escolar entre os anos de 2012 e 2013. Já que estes recursos têm como base de repasse o número total de alunos informados por município para o Pnae e o total destes que utilizam o Transporte Escolar para o Pnate.

Tabela 32. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Boa Nova, por nível ou modalidade de ensino 2011/2013

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2011	1.492.169,13	7.726.634,63	0,00	0,00	0,00	9.218.803,76
2012	900.976,00	9.844.918,41	0,00	0,00	0,00	10.745.894,41
2013	1.022.066,06	10.110.634,40	0,00	0,00	0,00	11.132.700,46

Fonte: FNDE. Relatórios municipais. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/sipoe/relatorioRREOMunicipal>. Acesso em: 31 de Mar. 2015

Quanto aos recursos aplicados pelo município de Boa Nova nas modalidades de ensino de responsabilidade constitucional do município, fica evidenciado na Tabela 32 que nos anos de 2011 a 2013 a Educação Infantil apresentou uma variação de valores. No entanto o Ensino Fundamental demonstrou um aumento progressivo entre os anos mostrados na tabela. Sendo assim, o total de recursos aplicados nas duas modalidades de responsabilidade do município resultou em um crescente aumento.

Tabela 33. Despesas com educação do município de Boa Nova por categoria e elemento de despesa. 2008/2011

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Subtotal	Obras e Instalações	Equipamentos	Subtotal	
2008	3.596.358,93	497.837,52	4.094.196,45	448.558,48	37.187,00	485.745,48	4.579.941,93
2009	3.868.631,11	450.378,57	4.319.009,68	2.898,30	64.806,04	67.704,34	4.386.714,02
2010	5.575.701,84	493.940,04	6.069.641,88	74.997,50	464.793,00	539.790,50	6.609.432,38
2011	6.578.810,87	595.237,78	7.174.048,65	255.570,70	440.996,00	696.566,70	7.870.615,35

Fonte: FNDE. Relatórios municipais. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/sipoe/relatorioRREOMunicipal>. Acesso em: 31 de Mar. 2015

A tabela 33 apresenta as despesas com a Educação do município de Boa Nova, de 2008 a 2011, dividida com pessoal, material de consumo, obras e instalações e equipamentos. Através da análise da tabela nota-se um grande investimento em obras e instalações no ano de 2008, já em 2010 e 2011, o investimento foi maior com equipamentos necessários para o bom funcionamento das unidades escolares. Sendo assim, no período correspondente nos anos de 2008 a 2011, o valor total das despesas com a educação municipal sofreu um aumento constante e considerável.

Tabela 34. Receita e aplicação dos recursos recebidos do Fundeb no Município de Boa Nova em 2010/2013

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2010	6.383.844,12	3.866.200,52	0,00	2.517.643,60
2011	7.725.896,63	4.706.482,31	0,00	3.019.414,32
2012	8.672.624,55	5.485.043,84	0,00	2.839.868,82
2013	9.222.118,78	8.601.563,99	0,00	2.167.217,07

Fonte: FNDE. Relatórios municipais. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/sipoe/relatorioRREOMunicipal>. Acesso em: 31 de Mar. 2015

A tabela 34 demonstra a aplicação dos recursos do Fundeb do município de Boa Nova no período de 2010 a 2013. A mesma apresenta uma variação constante dos valores recebidos, dos gastos com os salários dos professores e uma redução entre os anos de 2011 a 2013, das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Vale ressaltar que ao fazer uma análise proporcional do total de receitas recebidas e da aplicação das mesmas com os salários dos professores, houve um aumento considerável nos valores aplicados, resultando assim na necessidade de complementação de recursos para a execução do MDE.

Além do mais é relevante informar que o Conselho Municipal do Fundeb, não participa da elaboração do Plano Plurianual da Educação – PPA, medida esta que, se tomada, poderia resultar em uma melhor aplicação desses recursos, visto que o mesmo apenas analisa as prestações de contas e emite os pareceres.

Tabela 35. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$).

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
14.630.857,02	3.657.714,26	4.003.550,31	27,92

Fonte: FNDE. Relatórios municipais. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/sipoe/relatorioRREOMunicipal>. Acesso em: 31 de Mar. 2015

No ano de 2013 conforme apresenta a Tabela 35, o município de Boa Nova arrecadou em Impostos e Transferências o valor de R\$ 14.630.857,02, sendo aplicado em educação no ensino fundamental o total de R\$ 4.003.550,31, representando um percentual de 27,92% do valor aplicado. Esses dados demonstram uma valorização do ensino, uma vez que os investimentos em educação estão respeitando a determinação da lei constitucional de no mínimo 25% da arrecadação total do município ser aplicada na área educacional.

Porém, percebe-se que os investimentos em educação no município não são aplicados de forma dinâmica e eficiente, ocasionando algumas dificuldades no processo educacional, como reforma nas unidades de ensino, adaptação à inclusão nas escolas e capacitação continuada para os profissionais da educação.

É necessário, entretanto, um melhor gerenciamento nos recursos da educação, buscando dessa forma uma melhoria do ensino e a qualidade da educação no município de Boa Nova.

Tabela 36. Recursos da educação no PPA 2010/2013

ANOS	Previsto Em R\$	Programa\projetos\atividades educacionais.	Total Utilizado
2010	7.313.175,63	Vide tabela 36.1	8.696.416,31
2011	7.998.373,83		10.171.913,65
2012	8.726.219,90		-
2013	9.545.294,63		-

Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Nova. Plano plurianual, 2013.

Tabela 36.1 Recursos da educação no PPA 2010/2013 (continuação)

Gestão e Qualificação da Educação Municipal	7.312.175,63	7.998.373,83	8.726.219,90	9.545.294,63
Administração de Pessoal e Encargos – Educação	164.333,20	179.754,76	196.112,31	214.520,12
Administração de Pessoal e Encargos dos Profissionais do Magistério – Fundeb – 60%	2.876.351,92	3.146.278,08	3.432.587,05	3.754.782,15
Ampliação e Reforma das Unidades Escolares do Município	143.793,00	157.287,00	171.600,00	187.707,00
Capacitação de Pessoal	6.664,98	7.290,44	7.953,87	8.700,45
Diversificação de Atividades Agropecuárias e Sócio-Econômicas	2.330,61	2.549,32	2.781,31	3.042,37
Eventos Esportivos nas Escolas	3.502,48	3.831,16	4.179,79	4.572,12
Gestão da Municipalização	36.870,00	40.330,00	44.000,00	48.130,00
Gestão das Ações do Pnate	287.962,70	314.986,05	343.649,55	375.905,75
Gestão das Ações do Salário Educação – QSE	101.963,13	111.531,68	121.680,98	133.102,40
Gestão de Programas Especiais de Alfabetização	4.372,63	4.782,97	5.218,22	5.708,02
Implantação e Manutenção de Infocentros	67.290,37	73.605,12	80.303,13	87.840,67
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos – Educação	759.694,94	830.987,17	906.606,38	991.703,75
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos – Fundeb – 40%	2.257.322,24	2.469.156,66	2.693.848,08	2.946.702,46
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola	35.205,12	38.508,88	42.013,16	45.956,67
Pnac – Programa Nacional Alimentação da Criança	2.395,11	2.619,87	2.858,28	3.126,57
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar	553.050,00	604.950,00	660.000,00	721.950,00
Programa Educação Jovens e Adultos	9.073,20	9.924,66	10.827,80	11.844,14

Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Nova, Plano Plurianual, 2013.

O conhecimento do orçamento e das finanças públicas tem uma enorme importância para a sociedade. No orçamento está registrada a arrecadação dos tributos e como eles são despendidos. Portanto ele contém, em seu significado, um passo decisivo para a cidadania. A transparência do orçamento e das demais contas públicas é fundamental para todos os contribuintes saberem de onde estão vindo os

recursos que o governo utiliza e onde estão sendo investidos. Há toda uma legislação sobre essa questão que precisa ser conhecida e amplamente divulgada. E isto contribui para fortalecer a cidadania.

Dessa forma, analisando as tabelas 36 e 36.1 sobre o PPA do município de Boa Nova para o período 2010/2013 observa-se uma progressividade no total de recursos destinados à educação. Os totais utilizados para os anos 2010 e 2011 superaram as previsões para o mesmo período. O dado permite monitorar o planejamento da execução dos recursos destinados à educação, para fins de controle social sobre a gestão municipal.

DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS

Diante de tudo que foi exposto sobre a educação municipal, cabe, após a análise e reflexão das pendências identificadas, estabelecer metas prioritárias para a educação boanovense, que deverão ser realizadas nos próximos 10 (dez) anos. Contudo, antes de pensar as metas e suas respectivas estratégias é necessário discorrer sobre as diretrizes norteadoras deste documento e com base no estabelecido no PNE (Plano Nacional de Educação), que define 10 (dez) diretrizes para a educação nacional, estas mesmas com os ajustes locais, serão diretrizes para o PME.

DIRETRIZES

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – valorização dos profissionais da educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1) Definir metas de expansão e estruturação/reestruturação das respectivas redes públicas de educação infantil (creches e pré-escola) segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 15% (quinze por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de Zero a 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4) Estabelecerem consonância com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Educação, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) Garantir a reestruturação de escolas mantendo e ampliando, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física das escolas públicas de educação infantil do município, aumentando a oferta de vagas e assegurando o número adequado de alunos por sala;

1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7) Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil (creches e pré-escola), garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.8) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.9) Fomentar o atendimento da população do campo na educação infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.10) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.11) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.12) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.13) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com a Secretaria de Assistência Social, Saúde e proteção à infância;

1.14) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.15) Divulgar e estimular por meio de parcerias o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) Implementar, a partir da sua criação, os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.2) Criar mecanismos locais para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar do público pertencente a programas sociais de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o

sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos municipais de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo;

2.6) Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.7) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural, bem como, a garantia da valorização cultural local inserida no Currículo Escolar;

2.8) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de medidas que estreite a relação entre as escolas e as famílias;

2.9) Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo nas próprias comunidades, garantindo uma infraestrutura adequada para este propósito;

2.10) Garantir infraestrutura adequada ao ensino fundamental de 9 (nove) anos para todas as Escolas do Município;

2.11) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, através da permanência contínua de calendário esportivo municipal.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de

vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) Assegurar às escolas estaduais do município auxílio para institucionalizar currículo escolar adequado a realidade local, que abranja conteúdos obrigatórios e eletivos articulados a dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;

3.2) Conjuguar esforços, junto ao governo do estado, para aquisição de equipamentos e laboratórios, para a manutenção e elevação da qualidade de ensino;

3.3) Requerer, junto ao governo estadual, a manutenção e ampliação da escola estadual presente no município;

3.4) Constituir parcerias junto ao estado para a formação continuada de professores;

3.5) Solicitar do órgão competente a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.6) Promover para os discentes, através da disponibilização de transporte e/ou hospedagem, a realização do exame nacional do Ensino Médio- Enem;

3.7) Solicitar, junto ao órgão competente, a criação de rede de proteção contra formas de exclusão, motivadas por discriminação racial, por orientação sexual ou outra forma de preconceito;

3.8) Buscar junto ao estado e a União parcerias para implantação, no município, de ensino médio integrado a educação profissional técnica;

3.9) Buscar a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos que abandonaram o ensino fundamental e incentivar seu retorno a sala de aula.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional

inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) Estabelecer parcerias com especialistas da saúde para o atendimento educacional apropriado às crianças com necessidades especiais oferecendo assessoramento profissional aos professores junto às unidades escolares;

4.2) Promover encontros periódicos entre professores, pedagogos e profissionais ligados ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, buscando o intercâmbio de experiências;

4.3) Incluir no censo municipal questões que colem dados sobre a população a ser atendida pela educação especial e inclusiva;

4.4) Promover a articulação intersetorial dos órgãos municipais em parceria com a família a fim de desenvolver um trabalho voltado para o currículo funcional de pessoas com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.5) Ampliar a oferta de ensino da LIBRAS para alunos surdos, professores, comunidade escolar e familiares, oportunizando assim o acesso à cultura surda, bem como oferecer interprete de Língua Brasileira de Sinais no ensino comum;

4.6) Garantir formação continuada aos professores para o atendimento educacional especializado com o objetivo de auxiliar de forma eficaz o trabalho do professor da sala comum;

4.7) Ampliar, progressivamente, as salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado na rede de ensino, expandindo assim a equipe dos profissionais conforme a demanda dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.8) Firmar parcerias com órgãos nas esferas Municipal, Estadual e Federal a fim de adquirir veículos com as adaptações necessárias para o transporte escolar dos alunos com deficiência;

4.9) Garantir a disponibilidade de livros didáticos falados, em braile e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e os de baixa visão no Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio;

4.10) Ampliar as parcerias com outros órgãos do município, instituições, famílias ou responsáveis dos alunos especiais, visando o fortalecimento da inclusão do município;

4.11) Garantir com intensidade a aplicação de testes na área de visão e audição em todas as escolas do município, em parceria com a área da saúde para detectar problemas e oferecer apoio adequados aos alunos;

4.12) Contemplar, no Projeto Político Pedagógico das escolas, metas e estratégias que combatam a discriminação, preconceito e violência, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, visando o sucesso educacional;

4.13) Manter programas de acessibilidade nas escolas com o objetivo de ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.14) Assegurar a aprovação da Lei Municipal que garanta a efetiva implantação da Educação Especial no município no início do PME;

4.15) criar parceria com o estado afim de garantir a continuidade do atendimento educacional especializado na modalidade do Ensino Médio.

Meta 5: Alfabetizar 100% das crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental até o final da vigência do PME , com o aumento de 5% a cada dois anos.

Estratégias:

5.1) Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência do aluno, buscando fortalecer uma relação dialógica entre escola e comunidade;

5.2) Ampliação e adequação dos espaços físicos afim de proporcionar o desenvolvimento da alfabetização;

5.3) Criar núcleo pedagógico com o intuito de desenvolver uma proposta de trabalho em rede;

5.4) Promover formação continuada para professores alfabetizadores, bem como adequação de recursos pedagógicos de acordo com a proposta curricular;

5.5) Adequar a prática pedagógica ao currículo escolar;

5.6) Adequar a proposta avaliativa do município de acordo com a organização por ciclo;

5.7) Alinhar a prática pedagógica à proposta política pedagógica das unidades escolares, respeitando as especificidades de cada aluno (a);

5.8) Apoiar a alfabetização do campo com a produção de materiais específicos e conhecimentos de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras e ou eficientes;

5.9) Implementar na formação continuada de professores o manuseio e uso das novas tecnologias no contexto pedagógico;

5.10) Investimento e manutenção dos equipamentos tecnológicos das Unidades Escolares;

5.11) Construir escolas amplas e centrais em localidades rurais buscando reduzir as classes multisseriada;

5.12) Estabelecer estratégias de avaliação e acompanhamento que garantam ao aluno os conhecimentos básicos e competências necessárias ao final da série cursada.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégias:

6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a

ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades de baixa renda ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7) Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.9) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7: Aprimorar a qualidade da educação básica contemplando todas as etapas e modalidades, assegurando a aprendizagem e fortalecendo o aspecto profissional numa perspectiva de atingir as seguintes médias municipal para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,3	5,6
Anos finais do ensino fundamental	3,4	3,7	4,0	4,2
Ensino médio	3,6	4,1	4,3	4,5

Estratégias:

7.1) Construir em colaboração com a gestão municipal, representantes das unidades escolares e sociedade civil, instrumentos de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos e financeiros;

7.2) Fixar, acompanhar e divulgar anualmente os resultados pedagógicos por meios de indicadores do sistema municipal de avaliação de educação básica, relativas às escolas da rede municipal, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os níveis socioeconômicos das famílias dos alunos e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.3) Implementar o processo contínuo de auto-avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular cidadã, com os propósitos

de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.5) Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.6) Montar assistência técnica efetiva para o uso de recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica;

7.7) Criar mecanismos para implementação das condições necessárias para universalização das bibliotecas educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.8) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação dos profissionais da educação para detecção dos sinais de suas causas, como a de violência doméstica, sexual, drogas lícitas e ilícitas favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.9) Orientar as políticas da rede municipal de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb diminuindo a diferença entre as escolas com índices baixos em relação à média nacional;

7.10) Garantir aos alunos, o acesso a espaços escolares adequados para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.11) Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação no campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.12) Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais

correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) Buscar oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública para os seguimentos populacionais considerados;

8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento de acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais considerados e identificar motivos de ausência e baixa frequência, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

8.7) Inserir na grade curricular diversificada da Educação de Jovens e Adultos EJA disciplinas que contemplem oficinas técnicas (culinária, artesanato, horticultura, etc.), visando a inserção dos (das) alunos (as) no mercado de trabalho e redução da evasão escolar;

8.8) Promover parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura para o desenvolvimento de atividades artísticas/culturais no ambiente escolar, na busca da preservação e divulgação da cultural local;

8.9) Garantir o acesso ao transporte escolar de qualidade para os alunos do campo, contemplando o período oposto ao do trabalho que exerce;

8.10) Inserir no currículo da educação do campo disciplinas que contemplem oficinas técnicas voltadas para o manuseio e cultivo da terra, para fortalecer a agricultura familiar, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura;

8.11) Inserir de forma interdisciplinar aulas de reforço nas áreas de língua portuguesa e matemática, no sentido de melhorar as dificuldades de aprendizagem do aluno da EJA.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 70% (setenta por cento) até 2016, e até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos com ensino fundamental incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.2) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre as demais secretarias e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.3) Buscar apoio técnico e financeiro para projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desse (s) alunos (s);

9.4) Implantar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos com deficiência;

9.5) Realizar avaliação bienal, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.6) Promover anualmente, a partir a vigência desse plano, a realização de seminários temáticos interinstitucionais para socialização das experiências e produção de conhecimentos em EJA;

9.7) Definir e implantar padrões mínimos de estrutura e funcionamento da EJA na rede pública municipal, nos cinco primeiros anos de vigência desse plano;

9.8) Assegurar a isonomia financeira da Educação de Jovens e Adultos, garantindo a execução dos recursos orçamentários para a modalidade oriundos do governo federal;

9.9) Viabilizar o acesso dos educandos de EJA a variados ambientes de aprendizagem, às novas tecnologias de informação e comunicação através de parcerias e/ou implantação de espaço que contemple essa proposta;

9.10) Congregar a gestão das políticas de EJA na Rede Pública Municipal instituindo na Secretaria Municipal de Educação, uma gerência articuladora dos cursos, programas e projetos dessa modalidade de ensino.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, na forma integrada à educação profissional até o fim da vigência deste PME.

Estratégias:

10.1) Manter programas através de parcerias com os órgãos competentes de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) Expandir, em regime de colaboração com o estado e a União, as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

10.3) Fomentar, em regime de colaboração com o estado e a União, a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as necessidades do município, visando especificidades das populações tanto da zona urbana quanto da zona rural, inclusive na modalidade de educação à distância;

10.4) Ampliar, em regime de colaboração com o estado e a União, as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) Aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação para a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos;

10.7) Fomentar a aquisição de material didático condizente com a realidade, o desenvolvimento de currículos e metodologias que valorizem os alunos da EJA e fornecer os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime

de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) Aderir, após sua institucionalização, ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, articulado com o governo estadual, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1) Fomentar junto ao poder estadual a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio no município vinculado ao Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec);

11.2) Buscar mecanismos junto ao governo estadual necessários para o suporte ao EMITec no município;

11.3) Realizar adesões à programas governamentais federal e estadual de assistência estudantil, visando garantir as condições necessárias à permanência dos(as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.4) Estimular junto ao governo estadual e federal a implantação e expansão de oportunidades de estágio na educação profissional técnica de nível médio, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando a formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.6) Buscar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica dos concluintes nas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade, com o objetivo de inserção no mercado de trabalho;

11.7) Aderir à institucionalização do sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privada;

11.8) Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.9) Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) Implantar o sistema municipal de informação profissional com base na estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

Meta 12: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação decenal de 80 (oitenta) mestres e 25 (vinte e cinco) doutores.

Estratégias:

12.1) Buscar parcerias com as faculdades e universidades para oferta da pós-graduação *stricto sensu*;

12.2) Estabelecer entre as faculdades e o município convênio para o financiamento do curso de pós - graduação;

12.3) Buscar a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, através de parcerias, observando o padrão de qualidade que utilize inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

12.4) Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo a programas de mestrado e doutorado;

12.5) Aderir aos programas do governo federal e estadual de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas, possibilitando ao aluno condição de permanência no curso;

12.6) Aderir e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.7) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;

12.8) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, municipal e intermunicipal, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

12.9) Investir em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;

12.10) Garantir o afastamento, sem prejuízos na remuneração mensal dos professores e funcionários do magistério da rede municipal de ensino que estiverem ingressados em cursos de mestrado e/ou doutorado, com objetivo de assegurar a conclusão das formações com eficiência;

12.11) Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região local, bem como a gestão de recursos hídricos na caatinga para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região.

Meta 13: Garantir no prazo de 5 (cinco) ano de vigência deste PME, formação dos profissionais da educação, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

13.1) Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes na União e no Estado, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

13.2) Buscar parceria com o a União e o Estado para implementação de programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial;

13.3) Promover, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a fim de observar a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares;

13.4) Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

13.5) Buscar programas de formação continuada, de forma a estimular o aperfeiçoamento do conhecimento docente;

13.6) Contemplar e ampliar na infraestrutura existente das escolas espaços de convivência adequada para os trabalhadores da educação equipados com recursos tecnológicos e acesso à Internet;

13.7) Instituir, em regime de colaboração, forma de registro de projetos desenvolvidos nas escolas, para incentivo a quem desenvolveu os projetos, pesquisas, publicações no sentido de validar e valorizar as produções do profissional;

13.8) Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

13.9) Reformular o plano de carreira para os (as) profissionais do magistério da rede pública;

13.10) Legitimar o cumprimento do plano de carreira dos profissionais do magistério, através do acompanhamento das receitas do município, sobretudo do aumento de repasse destinado à educação com o estabelecimento dos royalties do pré-sal.

Meta 14: Apoiar a formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

14.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação, subsidiando a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da União e do Estado;

14.2) Implementar, no prazo de dois anos, a partir da implantação deste Plano, o sistema de avaliação de desempenho dos profissionais da educação, visando atingir maiores índices, tanto nos aspectos qualitativos como nos quantitativos do ensino público municipal, a partir das normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, após ampla discussão na Conferência Municipal de Educação;

14.3) Incentivar, durante a vigência deste Plano, os profissionais do magistério, da rede municipal, a realizar cursos de especialização na área de educação, em instituições credenciadas pelo MEC;

14.4) Assegurar, durante a vigência deste Plano, capacitação continuada aos profissionais da rede municipal de ensino e demais envolvidos no processo educacional, através de seminários, palestras, cursos, conferências e grupos de estudo, garantindo uma constante discussão sobre a prática educativa;

14.5) Buscar parceria com a União, através de mecanismos de adesão, pela oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

14.6) Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público;

14.7) Definir políticas sobre a jornada de trabalho do professor da rede municipal, em tempo integral, em escolas equipadas física e pedagogicamente, tendo o professor como direito a remuneração proporcional a sua carga horária, incentivando a dedicação exclusiva;

14.8) Implementar formação inicial e continuada do pessoal técnico e administrativo, através de convênios e parcerias;

14.9) Implementar, a partir do segundo ano da vigência deste Plano, em parceria com as Secretarias de Assistência Social e Saúde, programa de qualidade de vida para os professores da rede pública municipal, como forma de prevenir problemas de saúde, ocasionados pela rotina do trabalho em sala de aula;

14.10) Elaborar, a partir da aprovação deste Plano, em até cinco anos, programa de incentivo à pesquisa para os professores da rede pública municipal, em trabalhos cujos resultados contribuam com a educação municipal, buscando parcerias para que estes possam apresentar e divulgar seus projetos e publicar seus artigos e/ou livros.

Meta 15: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final de vigência deste PME.

Estratégias:

15.1) Assegurar o cumprimento do plano de carreira dos profissionais do magistério da rede pública de Boa Nova;

15.2) Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da Pesquisa Nacional por amostragem de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo IBGE;

15.3) Buscar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;

15.4) Valorizar os educadores, com melhores salários, de acordo com seu nível de especialização e tempo de serviço, respeitando o estabelecido no Plano de Carreira e Vencimento dos Servidores do Magistério Público Municipal e no Estatuto do Magistério Público;

15.5) Elaborar e cumprir cronograma anual de agenda de pagamento para os profissionais da educação inseridos na folha do Fundeb;

15.6) Assegurar as mudanças de nível, bem como os aperfeiçoamentos profissionais, a partir da data do requerimento de solicitação das devidas mudanças;

15.7) assegurar a aplicação dos percentuais aos profissionais da educação que atuam com alunos com necessidades especiais, áreas de difícil acesso e zona diferenciada;

15.8) Implementar avaliação de desempenho nas Unidades Escolares Municipais para todos os profissionais da educação, a fim de diagnosticar o trabalho desenvolvido para que possa ser redimensionado, de acordo a necessidade;

15.9) implantar e implementar uma política de recursos humanos para os profissionais da educação, com base em instrumentos de avaliação que envolva toda comunidade escolar, objetivando premiar os melhores desempenhos dos profissionais em suas funções nos locais de trabalho;

15.10) considerar os critérios existentes no Plano de Carreira, para garantir a concessão de licença prêmio e licença para aperfeiçoamento profissional aos profissionais da educação.

Meta 16: Assegurar, no prazo de três anos, a atualização do plano de carreira para os profissionais da Educação Básica pública do município e tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 Constituição Federal.

Estratégias:

16.1) Estruturar, os cargos dos profissionais da educação não docentes para que sejam de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

16.2) Implantar, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

16.3) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

16.4) Instituir critérios técnicos e legais para a transferência ou permuta de profissionais da educação observando a posição do remanejado ou transferido;

16.5) Analisar na reformulação do plano de carreira a mediação entre os direitos e deveres dos profissionais da Educação municipal, na proposta de fazer jus às garantias implantadas;

16.6) Implementar uma comissão permanente de profissionais da educação do sistema municipal de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na, reestruturação do plano de Carreira;

16.7) Elaborar e implementar o plano de carreira dos funcionários da educação do município de Boa Nova, unificando-o ao plano de carreira do magistério até o 3º ano de vigência deste PME;

16.8) Reformular o plano de carreira dos profissionais do magistério até o 3º ano de vigência deste PME;

16.9)) Instituir comissão municipal permanente para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação e atualização do plano de carreira dos funcionários da educação.

Meta 17: Garantir, até o fim da vigência deste PME, a efetivação da gestão democrática da educação básica, associada a critérios técnicos de mérito e

desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, na esfera das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União e do Estado da Bahia para tanto.

Estratégias:

17.1) Consolidar a integração entre escola e comunidade, a fim de que a escola possa firmar-se como um espaço privilegiado de debates e questões que conduzam à conscientização da importância da participação dos pais, alunos e comunidade na construção de uma escola pública de qualidade;

17.2) Implementar, em parceria com a União, os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

17.3) Legitimar e garantir a autonomia, através da participação democrática por meio da escolha de Diretores das Unidades Educativas com eleição direta para a referida escolha;

17.4) Estimular a criação de Grêmios Estudantis nas escolas de forma que as escolas da rede pública tenham assegurada a participação dos alunos nessas associações;

17.5) Incentivar a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

17.6) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

17.7) Fortalecer os processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

17.8) Buscar programas de formação de diretores e gestores escolares, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão;

17.10) Garantir que, no mínimo, a partir do início do 3º ano de vigência deste plano seja efetivado a criação do Fundo Municipal de Educação, dando autonomia de execução e administração dos recursos vinculados à educação para a Secretaria Municipal de Educação.

Meta 18: Ampliar o investimento municipal em educação de forma a aplicar aumentos percentuais, progressivos e concomitantes ao investimento da União de no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

18.1) Destinar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica pública municipal observando-se as políticas de colaboração entre a União e o Estado da Bahia, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

18.2) Assegurar que os recursos do salário-educação sejam efetivamente aplicados em programas, projetos e ações voltadas para o financiamento da educação básica pública municipal;

18.3) Garantir nos orçamentos municipais anuais, a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste Plano Municipal de Educação, em cumprimento ao artigo 212 da Constituição Federal (CF/88) em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

18.4) Garantir o aperfeiçoamento da gestão educacional, para que os recursos sejam bem geridos;

18.5) Executar política de incentivo ao cumprimento fiscal, de modo a assegurar o aumento da arrecadação municipal, bem como aplicá-la de forma coerente com a arrecadação;

18.6) Assegurar que os instrumentos orçamentários municipais como o PPA (Plano Plurianual), a LOA (Lei Orçamentária Anual) e leis afins sejam aprovadas prevendo o que é determinado neste PME;

18.7) Definir o custo aluno-qualidade da Educação Básica do município à luz da ampliação do investimento público em educação, como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

18.8) Estabelecer no município, a Educação Infantil como prioridade para a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, provenientes de repasses oriundos da meta de 10% (dez por cento) do PIB até o fim da vigência do PNE, pela União;

18.9) Garantir no município de Boa Nova, após sua aprovação pela União, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.

3.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

A avaliação do PME do município de Boa Nova acontecerá a cada 02 (dois) anos, sendo realizada nos anos pares após a publicação do Ideb, do ano ímpar anterior, pelo órgão competente. Sendo que a primeira avaliação iniciar-se-á, exclusivamente, no ano de 2018. A avaliação será conduzida por um grupo específico para tal fim, formado por diferentes representantes da sociedade civil atrelados a seguimentos representativos de órgãos de execução e controle da educação municipal, bem como da comunidade escolar.

A formação das representações obedecerá aos seguintes seguimentos:

Secretaria Municipal de Educação

- Secretário Municipal de Educação;
- Um coordenador pedagógico;

Conselho Municipal de Educação

- Presidente do CME;
- Um representante do CME;

Conselho de Alimentação Escolar

- Presidente do CAE;
- Um representante do CAE;

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb

- Presidente do CACS-Fundeb;
- Um representante do CACS-Fundeb;

Comunidade Escolar

- Um representante dos professores da rede municipal de ensino do Ensino Fundamental nível I;
- Um representante dos professores da rede municipal de ensino do Ensino Fundamental nível II;
- Um representante dos professores da rede municipal da Educação Infantil;
- Um representante dos alunos do Ensino Médio maior de 18 anos;
- Um representante dos alunos do Ensino Fundamental maior de 18 anos;
- Um representante de pais de alunos do Ensino Fundamental I e II; e
- Um representante de pais de alunos da Educação Infantil.

Dessa forma, toda a comunidade escolar, bem como a sociedade civil se integra à missão do município de reestruturar a educação, com o propósito de elevar os índices de avaliação, bem como alavancar o desenvolvimento local através desse mecanismo importante para tais realizações.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/maetinga_ba. Acesso em: 10 Out. 2014.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, E. C. **Educação Ambiental:** Disciplina versus tema transversal. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, v. 24, p. 173-185, jan. / jul. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3891/2321>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BAHIA. Boa Nova. **Lei Orgânica Municipal de Boa Nova.** Criada em 1990 e editada em 1993. Câmara Municipal de Boa Nova, Estado da Bahia.

_____. Boa Nova. **Lei nº 548/2006**, alterada pela lei nº 556/2006, que regulamenta a organização do sistema educacional no município e da outras providências.

_____. Boa Nova. **Lei nº 417/1998**, alterada pela Lei nº 547/2006 de 23 de outubro de 2006. Dispões sobre a criação do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

_____. Boa Nova. **Lei Municipal nº 447/2001.** Institui o Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Boa Nova.

_____. Boa Nova. **Lei nº 564/2007.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB e dá outras providências.

_____. Boa Nova. **Lei nº 525/2005.** Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira, estabelece o Quadro de Cargos, Remunerações e Funções Públicas do Município e dá outras providências.

_____. Boa Nova. **Lei Complementar nº 001/2007.** Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério do Município de Boa Nova, e dá outras providências.

_____. Boa Nova. **Lei nº 574/2007.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de Boa Nova e dá outras providências.

_____. Boa Nova. **Lei nº 605/09.** Plano Plurianual. Institui o Plano Plurianual para o período de 2010/2013.

_____. Secretaria de Educação do Estado. Caderno de orientação para Elaboração\ Adequação do Plano Municipal de Educação: princípios gerais. Salvador, 2013).

_____. Secretaria de Educação do Estado. Programa de apoio à Educação Municipal. Ambiente virtual de aprendizagem – AVA-
<http://ead.sec.ba.gov.br/proam/login/index.php>. Acessos em 10 de Out. 2014; 23 de Nov. 2014 e 15 de Mar. 2015.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório da Rede Municipal de Ensino**. Boa Nova, 2013.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Plano Municipal de Saúde 2014-2017. Boa Nova, 2014.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**. Ética do Humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Decreto nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: 10 de Nov. de 2014.

_____. **Projeto de Lei nº 8.035/2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 10 de Out. de 2014.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de Nov. de 2014.

_____. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: 178º da Independência e 111º da República, 1999.

_____. **Lei nº 10.639**, de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Conteúdo_aberto&oldid=15696001> Acesso em: 10 out. 2014.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatórios municipais**. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal>>. Acesso em: 31 de Mar. de 2015.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização** – do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de Out. 2014.

MEC/INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Indicadores Demográficos e Educacionais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela>>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Indicadores Demográficos e Educacionais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela>>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Indicadores Demográficos e Educacionais**. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2007/2010>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/censo/cnv/alfba.def>. Acesso em: 10 de Out. 2014.

MORIN, Edgar - **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro** 3a. ed. - São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PEREIRA, Nerivaldo S. F. **O Processo de Produção do Espaço Urbano**: O caso de Boa Nova. Monografia. 82p. Vitória da Conquista. UESB, 2008.

QEd. **Relatórios educacionais**. Disponível em: <http://www.qdu.org.br/cidade/5065.boa-nova/taxas-rendimento>. Acesso em 10 de out. de 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**, 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Estatística dos municípios baianos. SEI: Salvador, 2001. Disponível em:
http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=110. Acesso em: 10 de Out. 2014.